



CADERNOS REGIONAIS

SUL

2015

Apresentação

Neste ano de 2015 se realiza o 12º CONCUR – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores -, momento de suma importância para, não só eleger a nova direção da Central, mas também para debater temas estratégicos, mobilizar as bases e elaborar o plano de lutas do próximo período.

O processo desta edição do Congresso será qualitativamente diferente dos anteriores, e orientará para que as discussões dos temas de interesse da classe trabalhadora ocorram a partir das bases sindicais.

A Secretaria Geral, em parceria com a Secretaria Nacional de Formação coordenaram os trabalhos das equipes do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), do Instituto Observatório Social e da Secretaria Nacional de Organização, que produziram um conjunto de textos com diversos indicadores sobre questões econômicas e sociais, consideradas fundamentais para subsidiar os debates nas bases e entidades CUTistas em todas as regiões do Brasil.

Os textos de subsídios foram divididos por regiões do Brasil e possuem uma grande quantidade de informações socioeconômicas, entre elas: evolução e participação setorial no PIB (Produto Interno Bruto), indicadores sociais relacionados ao IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), acesso à educação, pobreza, mortalidade infantil, emprego e mercado de trabalho, negociação coletiva, jornada de trabalho, renda, trabalho escravo, condições de trabalho, alcance dos programas sociais e conflitos no campo, sindicalização, entre outros indicadores.

Dessa forma, toda entidade terá a sua disposição esse conjunto de informações e estudos para realizar bons debates, levantar os principais problemas da região e trazer as questões mais importantes para os debates nos Congressos Estaduais e para Congresso Nacional da CUT, que acontece em outubro desse ano.

Boa leitura!

Sergio Nobre
Secretário-Geral e
Coordenador do 12º CONCUR

Maria Aparecida Faria
Secretaria- Geral Adjunta

Lista de Gráficos, Tabelas, Figuras e Quadros

PARTE I: INDICADORES DA ESTRUTURA ECONÔMICA E SÓCIO-ECONÔMICOS REGIÃO SUL

Aspectos da estrutura econômica da região Sul.....6

GRÁFICO 1 Variação acumulada no PIB de 2002 a 2012, região SUL e Brasil, em %.

GRÁFICO 2 Participação no valor adicionado bruto, regiões do Brasil (divisão CUT), 2002 a 2012, em % do total.

GRÁFICO 3 Participação no valor adicionado bruto da região Sul por unidades da federação, 2002 a 2012, em % do total.

TABELA 1 Participação da região Sul no valor adicionado bruto total do Brasil, por atividades econômicas, 2002 a 2012, em % sobre o total.

QUADRO 1 Atividade econômica de maior peso, de maior crescimento e maior queda em relação ao total do Valor Adicionado do respectivo estado, região Sul, 2002 a 2012.

Indicadores Sociais.....,10

FIGURAS 1 e 2 IDH Brasil, 1991 e 2010.

FIGURA 3 IDH municipal da região Sul – 1991

FIGURA 4 IDH municipal da região Sul – 2010

GRÁFICO 4 IDH municipal, região Sudeste, 1991 e 2010

GRÁFICO 5 Percentual da população de 15 a 17 anos com fundamental completo, 1991, 2000 e 2010

GRÁFICO 6 Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo, região Sul, 1991, 2000 e 2010, em %

TABELA 2 Número de matriculados (as) em graduação no Ensino Superior, 2012 e 2013, em %

GRÁFICO 7 Esperança de vida ao nascer, região Sul 1991, 2000 e 2010

GRÁFICO 8 Taxa de pobreza extrema por Região, 1995 e 2008

GRÁFICO 9 Taxa de pobreza extrema na Região Sul, por estado, 1991, 2000 e 2010

GRÁFICO 10 Taxa de Mortalidade Infantil Brasil e Grande Regiões (mortes por mil nascidos vivos), 2000 e 2010.

PARTE II: MERCADO DE TRABALHO E NEGOCIAÇÕES COLETIVAS NA REGIÃO SUDESTE

Introdução.....16

Mercado de trabalho geral.....16

TABELA 3 Distribuição dos ocupados (as) por Ramo da CUT, Região Sul, 2004 e 2013.

QUADRO 2 Ramos da CUT: Observação da variação em números absolutos no período considerado, por unidade da federação, Região Sul, 2004 e 2013.

TABELA 4 Distribuição dos ocupados (as) por Macrossetores da CUT Região Sul, 2004 e 2013, em %.

TABELA 5 Ocupações de maior crescimento e maior queda, Região Sul, 2004 e 2013, em nº de ocupados (as).

GRÁFICO 11 Taxa de desocupação da Região Sul, 2004 e 2013, em %.

TABELA 6 Escolaridade dos ocupados (as) na região Sul, geral e por estado, 2004 e 2013, em anos de estudo.

GRÁFICO 12 Taxa de formalização da região Sul, 2004 e 2013, em %.

TABELA 7 Taxa de formalização por macrossetores CUT e unidade da federação, região Sul, 2004 e 2013, em % do total de ocupados (as) do macrossetor.

GRÁFICO 13 Jornada média semanal do trabalho principal, região Sul, 2004 e 2013, em horas.

GRÁFICO 14 Rendimento médio, estados da região Sul, 2004 e 2013, em Reais (R\$) de janeiro de 2015 (INPC-IBGE).

GRÁFICO 15 Taxa de sindicalização, região Sul, em % do total de ocupados (as), 2004 e 2013.

GRÁFICO 16 Taxa de desocupação por faixas etárias, região Sul, em % do total de ocupados, 2004 e 2013.

GRÁFICO 17 Rendimento médio por gênero, região Sul, 2004 e 2013, em Reais (R\$) de janeiro de 2015 (INPC-IBGE).

GRÁFICO 18 Rendimento médio por raça/cor, região Sul, 2004 e 2013, em Reais (R\$) de janeiro de 2015 (INPC-IBGE).

Mercado de trabalho formal.....25

GRÁFICO 19 Emprego Formal nos estados do Sul - Variação 2003/2014

GRÁFICO 20 Emprego Formal (com carteira assinada) nos estados do Sul: distribuição por unidades da federação no ano de 2014*, em nº de empregados (as) formais.

FIGURA 5 Distribuição do emprego formal por faixas de quantidade de trabalhadores (as) formais segundo município, região Sul, junho de 2014.

GRÁFICO 21 Evolução da massa salarial e dos rendimentos médios do emprego formal, Sul, 2003 a 2014, em número índice, (base: 2003=100).

FIGURA 6 Faixa de remuneração média em salários mínimos (SM) por município, Sul, junho de 2014.

Negociações Coletivas.....28

TABELA 6 Instrumentos Coletivos Registrados na Região Sul, por Unidade da Federação 1997 a 2008

GRÁFICO 22 Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, região Sul, 2010 a 2014.

GRÁFICO 23 Percentual de negociações com reajustes superiores ao INPC-IBGE segundo UF, Região Sul, 2010 a 2014.

GRÁFICO 24 Percentual de negociações com reajustes superiores ao INPC-IBGE segundo setor Sul, 2010 a 2014.

PARTE III: INDICADORES DE TRABALHO DECENTE

Trabalho Inaceitável.....32

Tabela 1: Trabalhadores (as) Resgatados em Condições Análogas à Escravidão nos meios Urbano e Rural - Região Sul, por Unidade da Federação, 2008 a 2013

Tabela 2: Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade e situação do domicílio – Região Sul, por Unidade da Federação, 2010

Tratamento Digno.....33

Tabela 3: Salário Médio Real(*) de Admissão por Gênero - Região Sul, por Unidade da Federação, 1º Trimestre de 2014

Jornada Decente.....34

Tabela 4: Média de Horas Semanais trabalhadas no Trabalho Principal, em Afazeres Domésticos e Jornada Total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo - Região Sul, por Unidade da Federação, 2012

Equilíbrio entre Trabalho, Vida Pessoal e Familiar.....35

Tabela 5: Pessoas Ocupadas na semana de referência que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho - Região Sul, por Unidade da Federação e Capital, 2010

Trabalho Seguro.....35

Tabela 6 – Acidentes de Trabalho – Brasil

Tabela 7 - Dados estatísticos de acidentes do trabalho – Região Sul

Proteção Social.....37

G. 1: Distribuição de auxílios ativos no meio rural - Grandes Regiões, Dez/2012

G. 2: Distribuição de auxílios ativos no meio urbano - Grandes Regiões, Dez/2012

Tabela 8: Quantidade de Aposentadorias Urbanas e Rurais Ativas, por grupos de espécies - Região Sul, por Unidade da Federação, posição em Dezembro, 2010/2012

Contexto Socioeconômico – Programas Sociais (o “Bolsa Família”).....38

Tabela 9: Número de Beneficiários atendidos pelo Programa Bolsa Família - Região Sul, por Unidade da Federação, Folhas de pagamento: Setembro e Outubro de 2014

Conflitos no Campo	39
Tabela 1: Assassinatos em Conflitos no Campo na Região Sul em 2013 Folhas de pagamento: Setembro e Outubro de 2014	
Tabela 2: Conflitos no Campo no Paraná em 2013	
Tabela 3: Conflitos no Campo em Santa Catarina em 2013	
Tabela 4: Conflitos no Campo no Rio Grande do Sul em 2013	
PARTE IV:	
CONCLUSÕES	44
ANEXO:	
SINDICALIZAÇÃO	47

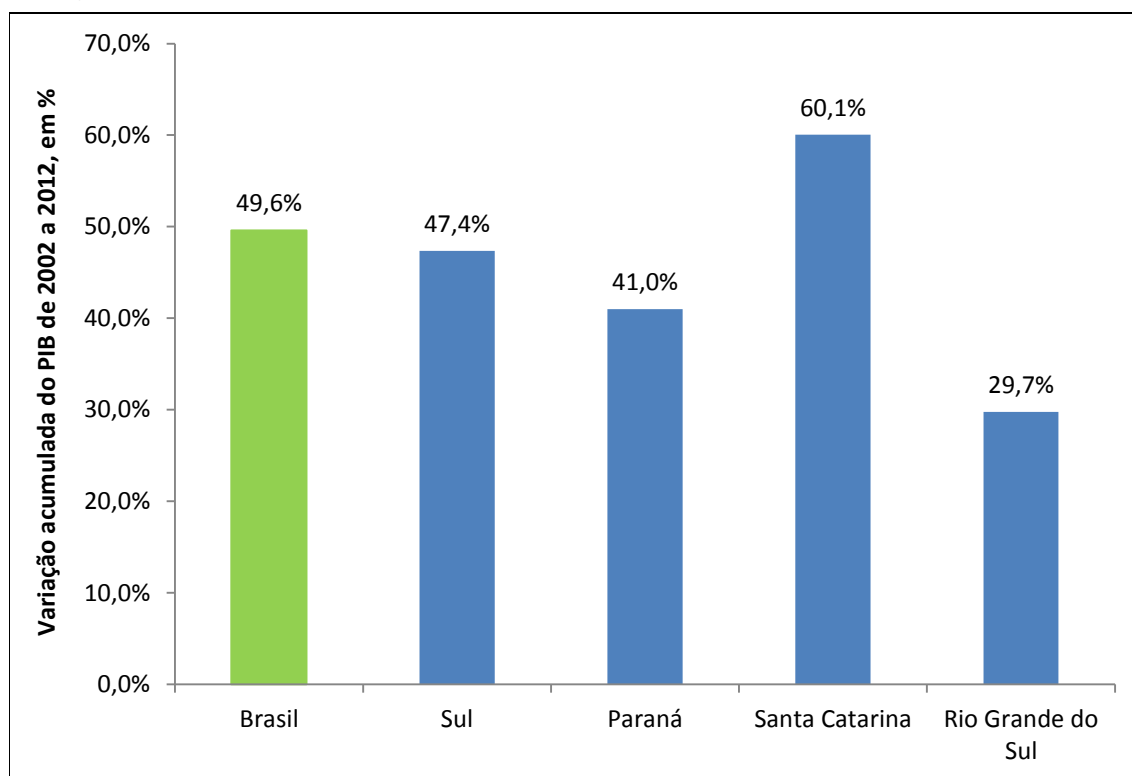
PARTE I: INDICADORES DA ESTRUTURA ECONÔMICA E SÓCIO-ECONÔMICOS REGIÃO SUL

Aspectos da estrutura econômica da região Sul

A região Sul do Brasil, no período de 2002 a 2012, apresentou dinamismo econômico pouco abaixo do verificado no país como um todo. Considerando a variação do Produto Interno Bruto (PIB), a economia do Sul do país cresceu 47,4%, contra 49,6% do PIB do Brasil. Mais do que o fato deste crescimento ter sido inferior ao restante do país, o que mais se destaca é a grande assimetria dos estados: enquanto o Rio Grande do Sul apresentou a menor taxa de crescimento do PIB no período dentre todas as unidades da Federação, de 29,7%, Santa Catarina teve desempenho muito superior tanto à média da região como do país, com 60,1%. O Paraná, por sua vez, apesar de seu crescimento ter sido inferior ao da região, não foi tão destacado como no caso gaúcho.

GRÁFICO 1

Variação acumulada no PIB de 2002 a 2012, região SUL e Brasil, em %.

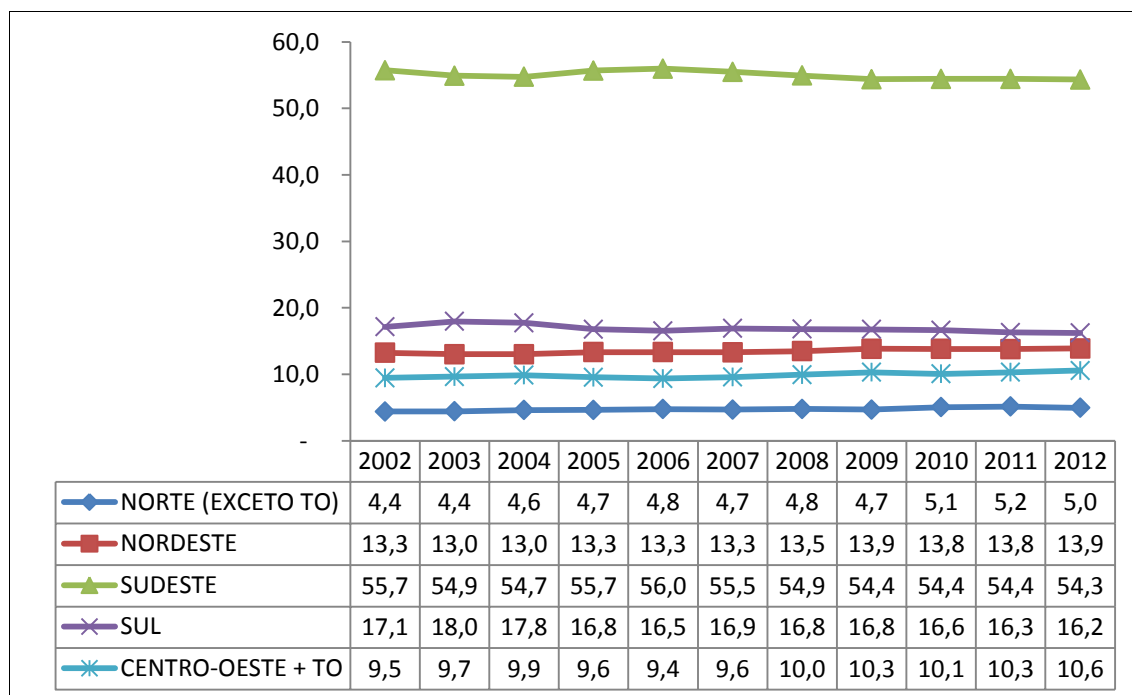


Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir do Sistema de contas regionais – IBGE

Devido a este comportamento da economia do Sul, a região acabou por perder participação na economia brasileira: se em 2002 representava 17,1% (chegando a 18,0% em 2003), em 2012 (último ano disponível) a região representava 16,2%, encontrando-se em trajetória declinante desde o ano de 2003.

GRÁFICO 2

Participação no valor adicionado bruto, regiões do Brasil (divisão CUT), 2002 a 2012, em % do total.

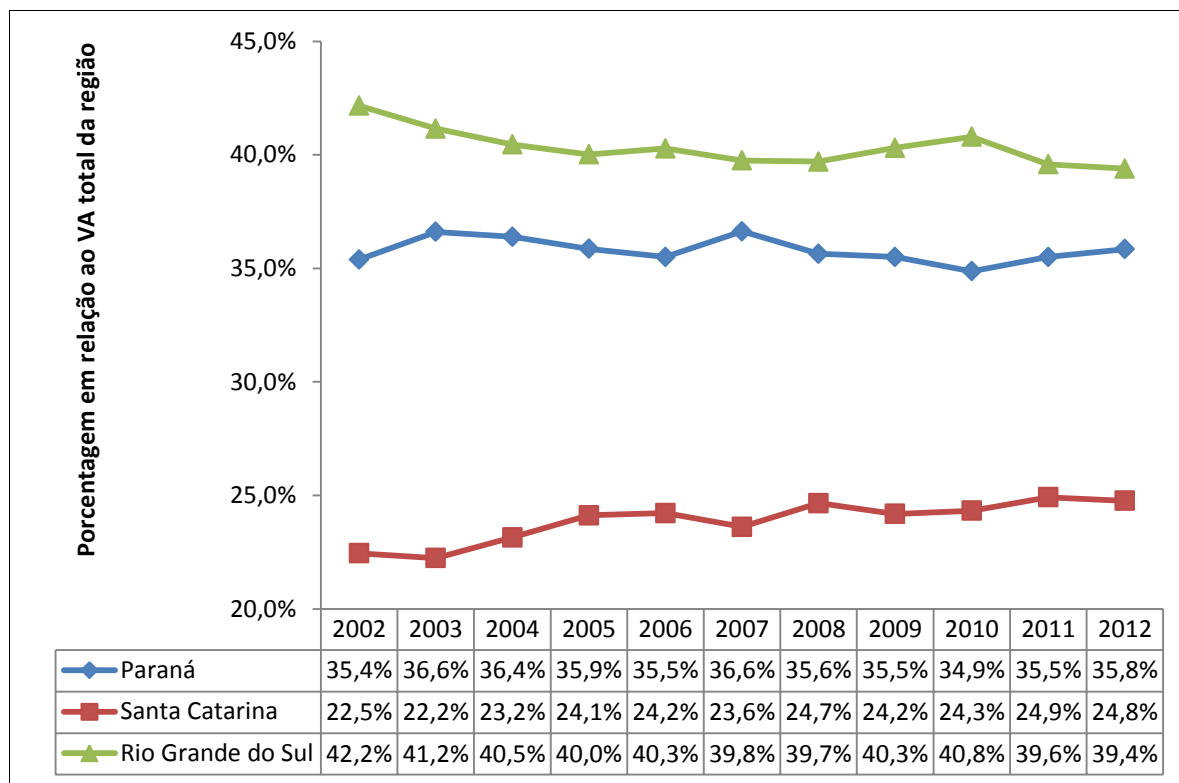


Fonte: Sistema de contas regionais - IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

Quanto ao valor adicionado, com o pior desempenho dentre todos os estados da região, o Rio Grande do Sul observou queda de sua participação no total, já que, enquanto em 2002 o estado representava 42,2% da economia do Sul, em 2012 este mesmo indicador era de 39,4%. Por outro lado, Santa Catarina aumentou sua participação de forma relevante, sendo em menor escala o Paraná. A queda da indústria de transformação no Rio Grande do Sul e a perda de peso das atividades agropecuárias na economia gaúcha foram os responsáveis diretos por este resultado.

GRÁFICO 3

Participação no valor adicionado bruto da região Sul por unidades da federação, 2002 a 2012, em % do total.



Fonte: Sistema de contas regionais - IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

Do ponto de vista setorial, basicamente a economia brasileira está dividida da seguinte forma: em 2012, a agropecuária respondia por 5,3% do valor adicionado bruto, a indústria extrativa mineral 4,3%, indústria de transformação 13,0%, Serviços Industriais de Utilidade Pública 3,1%, Construção Civil 5,7%, Comércio 12,7%, Intermediação Financeira 7,2%, Administração Pública 16,6% e outros serviços 32,1% (incluindo serviços prestados às empresas, educação e saúde privada, serviços pessoais, entre outros). Já na região Sul, considerando a participação da região no total do país, houve queda em quase todos os setores de atividade econômica, com exceção da Construção Civil e Administração Pública e, em menor escala, da Indústria de Transformação. Refletindo o ritmo mais lento da economia do Sul, nas outras atividades econômicas houve perda da região em relação ao restante do país, especialmente notada no Comércio e Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP).

TABELA 1

Participação da região Sul no valor adicionado bruto total do Brasil, por atividades econômicas, 2002 a 2012, em % sobre o total.

Atividade Econômica	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agropecuária	25,97	30,31	27,57	23,17	25,17	26,59	27,04	25,87	25,50	24,51	23,46
Indústria extrativa mineral	2,78	2,50	2,81	2,02	1,33	1,56	1,28	1,97	1,43	1,22	1,06
Indústria de Transformação	21,39	21,48	21,76	20,50	20,15	19,92	20,05	21,07	20,96	21,80	21,97
Construção Civil	13,31	15,24	14,47	16,15	15,45	15,70	15,65	15,32	15,35	14,37	15,32
SIUP	21,55	18,30	18,37	17,62	18,48	20,61	20,82	20,48	20,00	21,78	20,35
Comércio	20,30	22,28	21,36	20,09	20,38	20,30	20,78	20,03	19,51	18,91	18,78
Financeiro	14,69	13,71	14,45	14,11	14,25	14,01	14,32	13,86	13,89	13,94	13,96
Administração Pública	12,72	13,44	13,16	13,13	12,90	12,93	12,76	12,35	13,37	13,55	13,95
Outros Serviços*	15,74	15,98	16,02	15,83	15,31	15,82	15,53	15,28	15,39	14,98	15,19

*: Engloba atividades de Turismo, Assessoria técnica especializada, Saúde e Educação Privadas, prestação de serviços pessoais, entre outros

Fonte: Sistema de contas regionais - IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

Este comportamento setorial, no entanto, foi diverso. Na indústria de transformação, por exemplo, considerando que o setor como um todo caiu no país, se analisado individualmente cada estado, o resultado geral da região Sul se deu entre uma combinação de queda do setor no Rio Grande do Sul, acima da média nacional, e com aumento em Santa Catarina, compensando seus efeitos e diante de um quadro de estabilidade na representação paranaense, que caiu no mesmo ritmo do que a nacional e, assim, manteve estável sua participação. Analisado individualmente, quedas têm sentido diverso. Por exemplo, enquanto para Santa Catarina a perda da participação da Indústria de Transformação em sua economia se deveu muito mais ao fato de os outros setores terem crescido mais, do que propriamente tivesse havido uma deterioração do setor, já que, pelo contrário, este setor avançou na sua participação em relação ao total setorial do país. Por outro lado, no caso do Rio Grande do Sul, houve sintomas de uma deterioração industrial mais acentuada, registrada tanto na perda de importância na economia gaúcha como na sua participação no setor no país como um todo. Agropecuária, por outro lado, mostrou o Paraná como exceção, com os outros estados do Sul acompanhando a tendência nacional de queda. A importância dos “Outros Serviços” na economia dos estados fica patente, em atividades que englobam Turismo, Assessoria técnica especializada, Saúde e Educação Privadas, prestação de serviços pessoais, entre outros.

QUADRO 1

Atividade econômica de maior peso, de maior crescimento e maior queda em relação ao total do Valor Adicionado do respectivo estado, região Sul, 2002 a 2012.

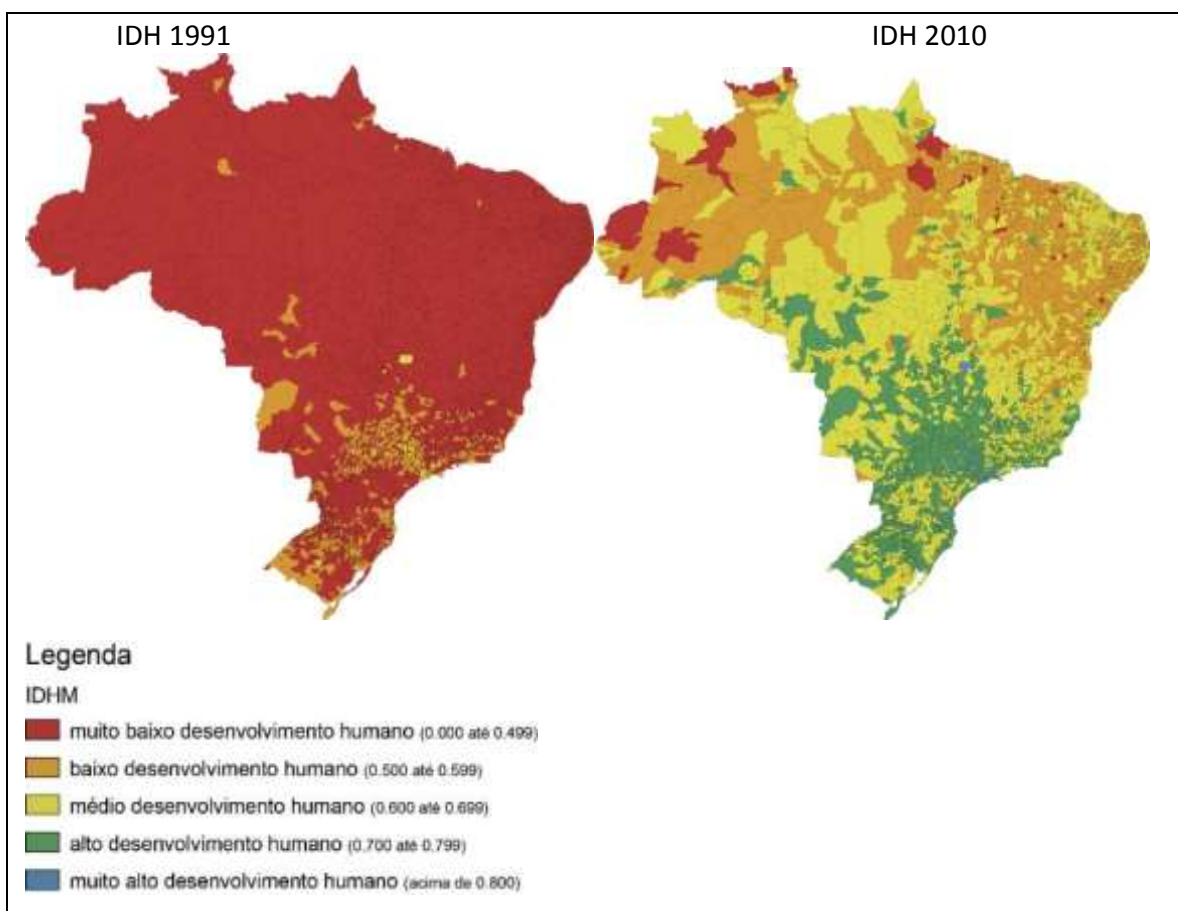
ESTADO	Atividade(s) mais importante	Maior crescimento	Maior queda
Paraná	Outros Serviços	Comércio, Construção Civil, Admin. Pública, Agropecuária	Indústria de Transformação
Rio Grande do Sul	Outros Serviços	Comércio, Construção Civil, Admin. Pública, Intermediação Financeira	Agropecuária, Indústria de Transformação
Santa Catarina	Outros Serviços	Construção Civil, Intermediação Financeira, Adm. Pública, SIUP	Agropecuária, Indústria de Transformação

Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir do Sistema de contas regionais - IBGE.

Indicadores Sociais

Do período de 1991 a 2010, o Brasil apresentou uma significativa evolução no desenvolvimento econômico e nas condições de vida de sua população, medida pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nas figuras abaixo é possível notar que a maior parte do país era classificada como tendo “muito baixo desenvolvimento humano” – IDH menor que 0,499.

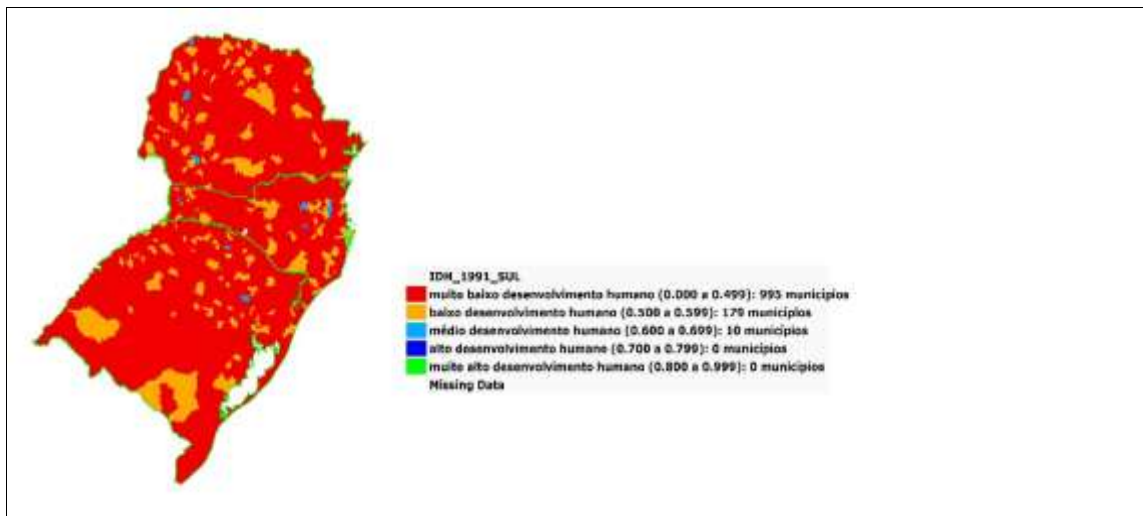
FIGURAS 1 e 2
IDH Brasil, 1991 e 2010



Fonte: PNUD. Elaboração: Secretaria Geral - CUT

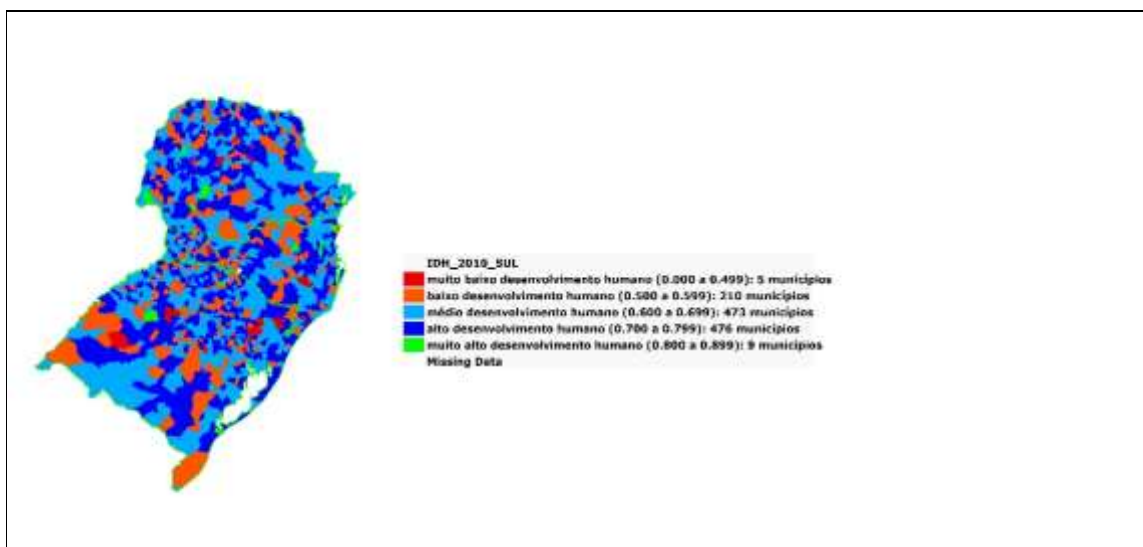
Na região Sul, observa-se no mapa, que a grande maioria dos municípios da região, no ano de 1991, estava classificada como “muito baixo desenvolvimento humano” (995 municípios) e “baixo desenvolvimento humano” (178 municípios) e nenhum município se encontrava em situação de alto ou muito alto desenvolvimento humano.

FIGURA 3
IDH municipal da região Sul – 1991



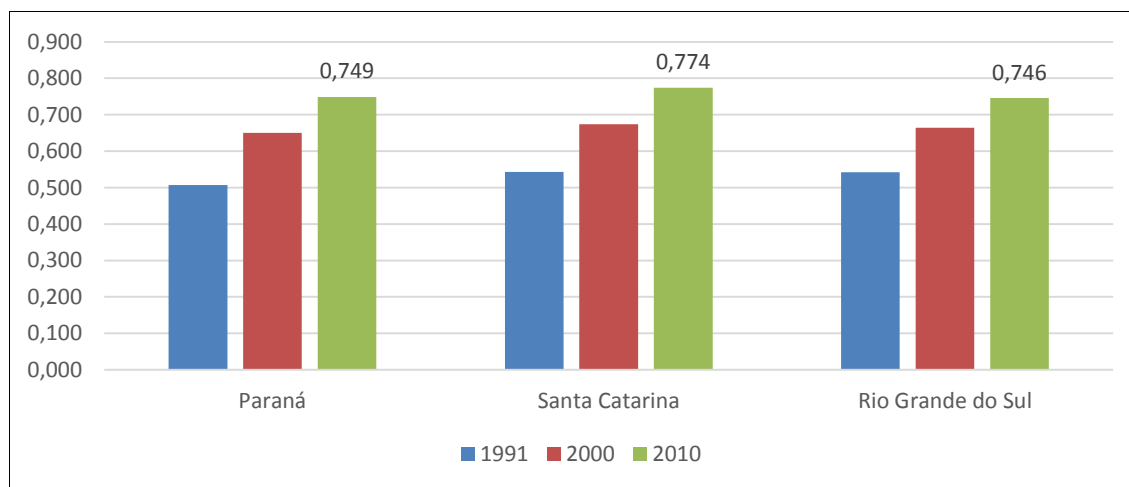
Em 2010 o quadro do desenvolvimento humano na região Sul é bem diferente. Apenas 5 municípios estavam classificados como “muito baixo desenvolvimento humano”. A maior mudança positiva é observada na quantidade de municípios com “médio desenvolvimento humano” (473 municípios), “alto desenvolvimento humano” (476 municípios). Porém ainda há 210 municípios classificados como “baixo desenvolvimento humano”.

FIGURA 4
IDH municipal da região Sul – 2010



Todos os Estados do Sul estão com o IDH superior a 0,746, o que classifica a região como de “alto desenvolvimento humano”, patamar bem superior ao observado no início dos anos 90, quando a região situava-se na faixa de “baixo desenvolvimento humano”, com o IDH com patamares superiores a 0,500.

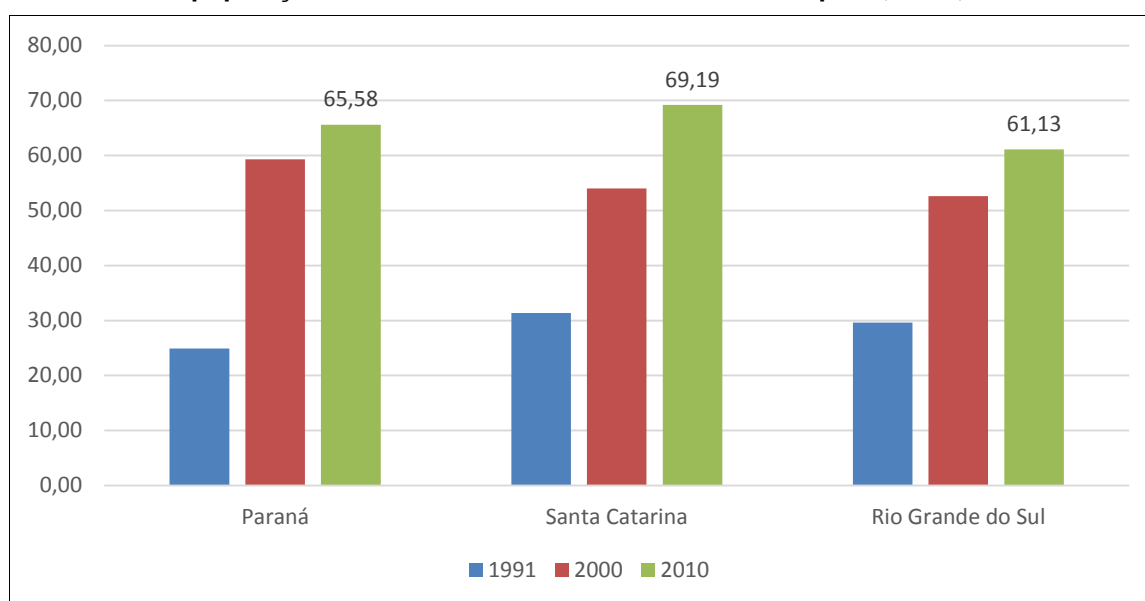
GRÁFICO 4
IDH municipal, região Sul, 1991 e 2010



Fonte: PNUD. Elaboração: Secretaria Geral - CUT

Um dos fatores que influenciam o desenvolvimento humano de uma região é o acesso à educação, e nesse ponto, a região Sul apresentou um excelente desempenho. No início dos anos 1990, de 20% a 30% da população de 15 a 17 anos tinham ensino fundamental completo. Já em 2010, a maioria dos Estados superou o percentual de 60% de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo, sendo que Santa Catarina se aproximou dos 70%.

GRÁFICO 5
Percentual da população de 15 a 17 anos com fundamental completo, 1991, 2000 e 2010

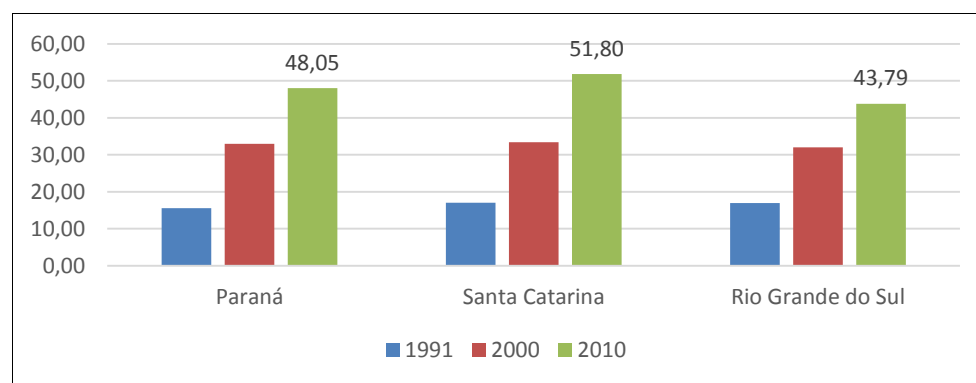


Fonte: PNUD. Elaboração: Secretaria Geral - CUT

Em relação à população de jovens de 18 a 20 anos, menos de 20% completaram o ensino médio em todos os estados da região. Nos 10 anos seguintes houve uma evolução nesse indicador, com a maioria dos estados da região com um pouco acima do patamar de 30%. O aumento continuou na década seguinte. Em 2010 os estados da região Sul praticamente triplicaram o número de jovens que completaram o ensino médio em relação ao ano de 1991, com todos os estados superando 40% e Santa Catarina alcançando mais de 51%.

GRÁFICO 6

Percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo, região Sul 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD. Elaboração: Secretaria Geral - CUT

No ensino superior, a população com 18 anos ou mais que frequentava esta faixa de escolaridade na região Sul, entre 2004 e 2013, cresceu 34,1%, crescendo abaixo da média nacional, que variou 52,5%, sendo notadamente mais concentrado no setor privado (devido ao PROUNI e ao FIES, entre outros), ainda que o setor público também tenha crescido. Apesar deste resultado, a região ainda possui a maior taxa de frequência neste grau de escolaridade entre a população com 18 anos ou mais no país, independentemente do ano analisado. Na região, o estado com maior crescimento foi Santa Catarina, com 60% no número de universitários com 18 anos ou mais entre os anos considerados. Paraná e Rio Grande do Sul são os estados da região que concentram maior número de universitários.

TABELA 2

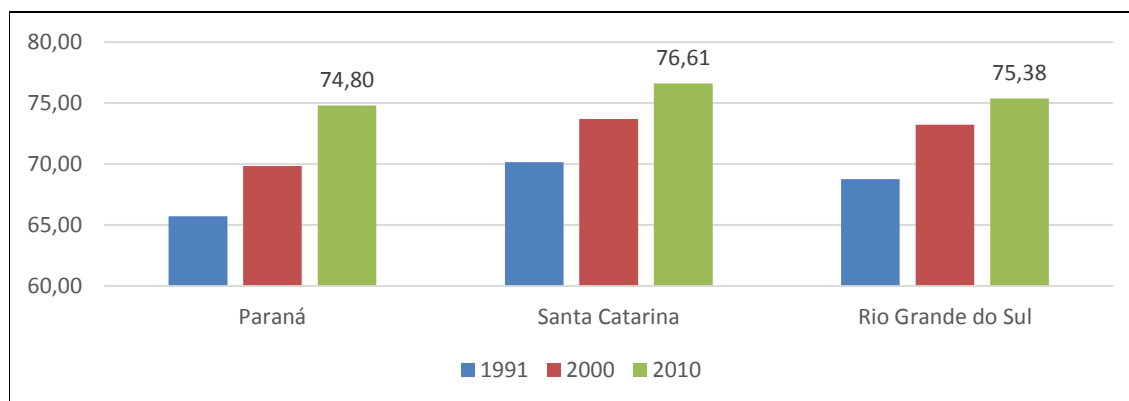
Número de matriculados em graduação no Ensino Superior na região Sul, população com 18 anos ou mais, público e privado, 2004 e 2013, em nº e %.

UF	2004				2013			
	Público	Privado	TOTAL	% 18 anos ou mais	Público	Privado	TOTAL	% 18 anos ou mais
Paraná	117.154	215.946	333.100	4,8%	131.594	286.235	417.829	5,1%
Santa Catarina	22.007	165.642	187.649	4,7%	47.136	253.178	300.314	6,0%
Rio Grande do Sul	50.683	270.318	321.001	4,2%	86.554	324.738	411.292	4,9%
Sul	189.844	651.906	841.750	4,5%	265.284	864.151	1.129.435	5,2%

Fonte: Microdados PNAD. Elaboração: Secretaria Geral - CUT

Outro indicador importante na qualidade de vida de uma população e o desenvolvimento socioeconômico é a expectativa, ou esperança, de vida ao nascer. No início dos anos 1990 a expectativa era de 65 a 70 anos em todos estados da região. Em 2000 há uma elevação na expectativa de vida para mais de 70, porém, apenas em 2010 pode-se observar que todos os estados alcançam ou superam os 74 anos de expectativa de vida ao nascer.

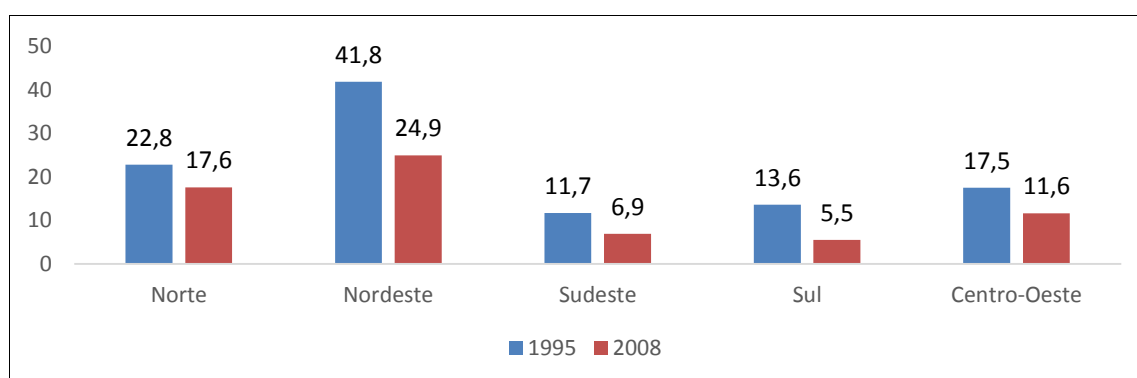
GRÁFICO 7
Esperança de vida ao nascer, região Sul 1991, 2000 e 2010.



Fonte: PNUD. Elaboração: Secretaria Geral - CUT

A pobreza extrema ainda é um problema grave que deve ser enfrentado nos próximos anos, porém, observa-se que de 1995 a 2008, segundo levantamento do IPEA, a taxa de pobreza extrema (renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo) foi reduzida de forma significativa em todas as regiões do país. A região Sul, que apresentava a segunda menor taxa em 1995, reduziu de forma expressiva a pobreza extrema, sendo hoje a região com menor percentual (5,5%).

GRÁFICO 8
Taxa de pobreza extrema por Região, 1995 e 2008.

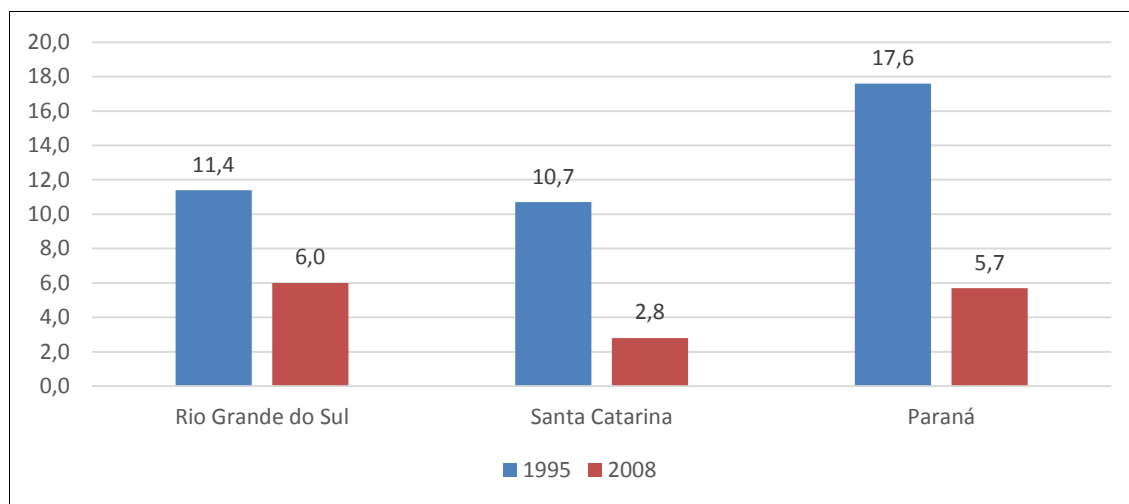


Fonte: IPEA. Elaboração: Secretaria Geral - CUT

Entre os estados da região, o que possui menor taxa de pobreza extrema é Santa Catarina (2,8%) Já o Rio Grande do Sul tem a maior taxa (6,0%), e o Paraná teve a maior redução, de 17,6 para 5,7%.

GRÁFICO 9

Taxa de pobreza extrema na Região Sul, por estado, 1991, 2000 e 2010.

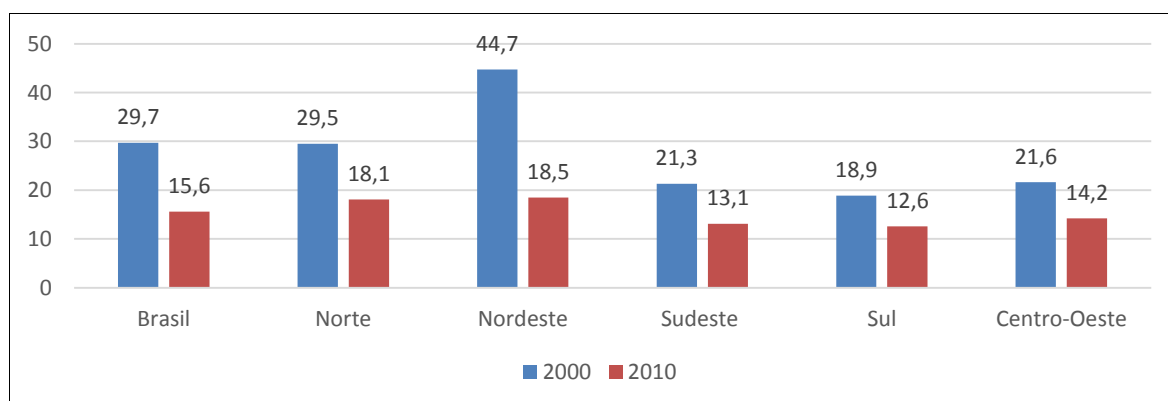


Fonte: IPEA. Elaboração: Secretaria Geral - CUT

A mortalidade infantil foi reduzida em todas as regiões do Brasil, com destaque para o Nordeste (de 44,7 mortos a cada mil nascidos vivos para 18,5). Todas as regiões apresentaram queda da taxa de mortalidade infantil, sendo que a região Sul aparece com a menor taxa (12,6%), e o Sudeste e o Centro-Oeste com taxas bem próximas, 13,1% e 14,2%, respectivamente.

GRÁFICO 10

Taxa de Mortalidade Infantil Brasil e Grandes Regiões (mortes por mil nascidos vivos), 2000 e 2010.



Fonte: IBGE. Elaboração: Secretaria Geral - CUT

PARTE II: MERCADO DE TRABALHO E NEGOCIAÇÕES COLETIVAS NA REGIÃO SUL

Introdução

As transformações econômicas e sociais pelo qual passou o Brasil na última década não passaram incólumes à região Sul. Importantes modificações foram percebidas no mercado de trabalho a partir destas transformações. Em particular, o aumento da ocupação, dos rendimentos do trabalho e da formalização.

Neste texto, serão analisadas as mudanças ocorridas no mercado de trabalho da região Sul a partir dos estados que a compõem. Na primeira parte, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), para o período de 2004 a 2013, serão analisados os indicadores referentes ao mercado de trabalho geral como: ocupação, taxa de desocupação total e por faixa etária, taxa de formalização, jornada média semanal do trabalho principal, rendimento médio total, por gênero e por raça/cor e taxa de sindicalização. Na segunda parte, a análise referente ao período de 2003 a 2014, que terá como fonte a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), trará informações do mercado de trabalho formal por meio dos indicadores de evolução do emprego formal da região e estados, distribuição do emprego formal por faixas de quantidade de trabalhadores, evolução da massa salarial e dos rendimentos médios e faixa de remuneração média em salários mínimos por municípios. Por fim, na terceira parte, a partir do Banco de Dados do DIEESE, serão analisadas informações de negociação coletiva da região como distribuição dos reajustes salariais e percentual das negociações com reajustes superiores à inflação do setor da indústria, comércio e serviços, referentes ao período de 2010 a 2014.

Mercado de trabalho geral

Considerando o período de 2004 até 2013, o mercado de trabalho da região Sul cresceu de aproximadamente 14,1 milhões de ocupados¹ para 15,3 milhões, um crescimento de 9,1%. Por outro lado, em relação ao que representava do total de ocupados do país, reduziu de 16,7% em 2004 para 15,9% em 2013.

O estado onde havia maior número de ocupados na região em 2013 era o Rio Grande do Sul, com 5,9 milhões, seguido pelo Paraná (5,2 milhões) e Santa Catarina (3,5 milhões). Entre os dois anos analisados, o maior crescimento no número de ocupados ocorreu em Santa Catarina, de 14,2%, seguido pelo Paraná, com 10,7%. O Rio Grande do Sul cresceu 4,9%, abaixo da média da região (9,1%). A distribuição por gênero indicava um pequeno crescimento da participação feminina no mercado de trabalho da região Sul: era de 43,2% em 2004 e passou para 44,5% em 2014.

¹ **Pessoa Ocupada:** Pessoa que tem trabalho durante todo ou parte do período de referência especificado (semana de referência da pesquisa ou período de referência de 365 dias), inclusive a pessoa que não exerce o trabalho remunerado que tem nesse período por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

Quando considerados os Ramos da CUT e/ou atividade econômica, os que apresentaram maior crescimento na região foram: Comércio e Serviços, que cresceu 822 mil no número de ocupados; Construção e Madeira, com 466 mil; Educação com 211 mil; Transporte com 198 mil; Metalúrgicos com 167 mil; Administração Pública com 164 mil; Seguridade Social com 158 mil e Alimentação com 130 mil ocupados a mais. A maior queda no número de ocupados, assim como observado no país como um todo, foi no ramo Rural, com diminuição de aproximadamente 1 milhão.

TABELA 3
Distribuição dos ocupados por Ramo da CUT, Região Sul, 2004 e 2013.

RAMOS CUT/ATIVIDADE ECONÔMICA	2004	2013	Saldo
Rurais	3.182.434	2.175.959	-1.006.475
Extração mineral	28.227	25.325	-2.902
Alimentação	371.129	501.335	130.206
Vestuário	764.563	730.613	-33.950
Construção e madeira	1.227.534	1.694.022	466.488
Químicos	378.629	373.488	-5.141
Comunicação e informação	158.278	127.597	-30.681
Metalúrgicos	515.606	683.570	167.964
Urbanitários	81.969	89.291	7.322
Comércio e serviços	4.958.557	5.780.766	822.209
Transporte	510.654	708.881	198.227
Financeiro	183.824	213.092	29.268
Administração Pública	580.467	745.054	164.587
Educação	660.916	872.158	211.242
Seguridade social e saúde	474.445	632.647	158.202
Reciclagem	12.000	20.361	8.361
TOTAL	14.089.232	15.374.159	1.284.927

Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

Nota: Não considera os ocupados sem declaração

Essas variações foram relativamente homogêneas nos três estados da região Sul: o ramo Rural apresentou queda no número de ocupados e o ramo Comércio e Serviços foi o que apresentou o maior crescimento. No Paraná e no Rio Grande do Sul, o 2º ramo que mais cresceu foi Construção e Madeira e, em Santa Catarina, foi o Metalúrgico. O 3º ramo com maior aumento de ocupados foi Educação no Paraná, Vestuário em Santa Catarina e Transporte no Rio Grande do Sul.

QUADRO 2

Ramos da CUT: Observação da variação em números absolutos no período considerado, por unidade da Federação, Região Sul, 2004 e 2013.

Unidade da Federação	Ramos que mais cresceram e diminuíram
Paraná	Crescimento no ramo do Comércio e Serviços, Construção e Madeira e Educação. Queda no ramo Rural
Santa Catarina	Crescimento no ramo do Comércio e Serviços, Metalúrgicos e Vestuário. Queda no ramo Rural
Rio Grande do Sul	Crescimento no ramo do Comércio e Serviços, Construção e Madeira e Transporte. Queda no ramo Rural

Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

Quando observado os Macrossetores da CUT², em relação à participação percentual total, houve uma queda significativa no Rural: em 2004 era de 22,6%, passando para 14,2% em 2013. Por outro lado, se observa em termos de participação em relação ao total de ocupados, que houve aumento no Macrossetor Comércio, Serviços e Logística, Indústria e no Setor Público. Com exceção do Rio Grande do Sul, onde houve uma queda na participação da Indústria, nota-se aumento da participação de quase todos os ramos nos estados da região Sul. Isso porque, o ramo Rural perdeu participação em todos estados da região, tanto em número absoluto quanto em percentual.

TABELA 4

Distribuição dos ocupados (as) por Macrossetores da CUT Região Sul, 2004 e 2013, em %.

UF	RURAL		INDÚSTRIA		COM, SER E LOG.		SETOR PÚBLICO		TOTAL	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
PARANÁ	20,80%	11,60%	20,50%	25,90%	50,70%	51,70%	8,00%	10,70%	5.248.964	5.808.114
SANTA CATARINA	20,80%	11,50%	28,20%	31,70%	42,90%	47,10%	8,10%	9,70%	3.133.916	3.578.481
RIO GRANDE DO SUL	25,10%	18,20%	23,40%	23,20%	42,90%	48,80%	8,60%	9,80%	5.706.352	5.987.564
TOTAL	22,60%	14,20%	23,40%	26,20%	45,80%	49,50%	8,20%	10,10%	14.089.232	15.374.159

Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

Nota: Não considera os ocupados sem declaração

Como reflexo deste maior dinamismo do Comércio e Serviços, Indústria e Setor Público, e queda do Macrossetor Rural, as ocupações que mais cresceram obviamente tem maior ligação com os setores mais dinâmicos, em especial, trabalhadores na Construção Civil (do Macrossetor Indústria), trabalhadores nos serviços e no comércio e professores. As de maiores quedas foram as ligadas diretamente à exploração agropecuária, ainda que tenha ocorrido expressiva diminuição das ocupações do ramo de Vestuário (pertencentes ao macrossetor Indústria) e emprego doméstico.

²Distribuição dos Macrossetores da CUT nos ramos: o rural contém o ramo rural, no Macrossetor da Indústria estão contidos os ramos de extração mineral, químico, metalúrgico, construção e madeira, alimentação e vestuário. No Macrossetor Comércio e Serviços estão contemplados os ramos Comunicação e Informação, Urbanitários, Comércio e Serviços, Transportes, Financeiro e Educação e Saúde (a parte privada). E no Macrossetor Setor Público estão contidos o ramo da Administração Pública, Educação e Saúde Públicas.

TABELA 5

Ocupações de maior crescimento e maior queda, Região Sul, 2004 e 2013, em nº de ocupados.

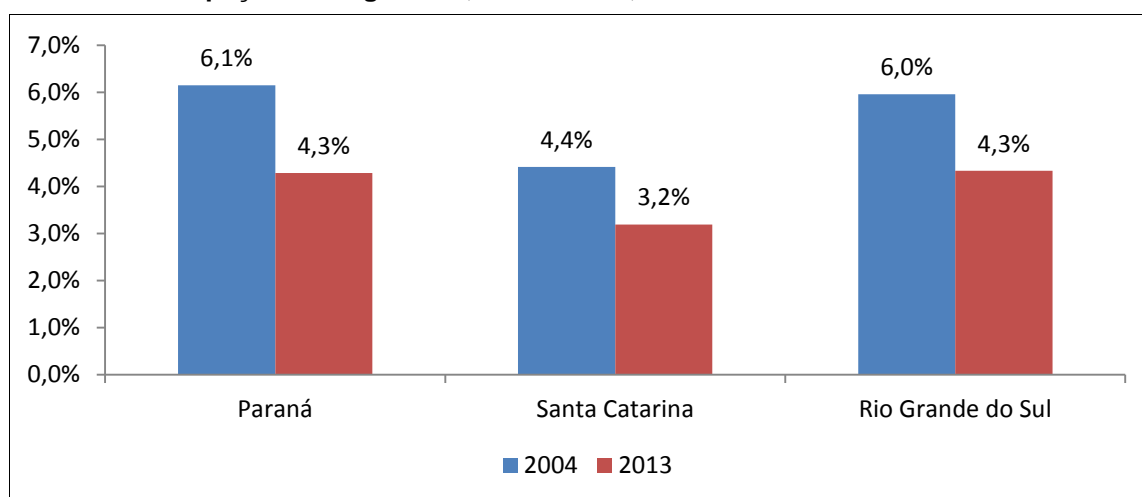
Ocupações com maior crescimento	Varição
TRABALHADORES DA INDÚSTRIA EXTRATIVA E DA CONSTRUÇÃO CIVIL	505.135
TRABALHADORES DOS SERVIÇOS	378.718
ESCRITURÁRIOS	332.827
PROFISSIONAIS DO ENSINO (COM FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR)	226.392
TRABALHADORES DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO	143.132
Ocupações com maior queda	Varição
TRABALHADORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA	-729.617
PRODUTORES NA EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA	-206.969
TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS TÊXTEIS, DO CURTIMENTO, DO VESTUÁRIO E DAS ARTES GRÁFICAS	-136.631
EMPREGO DOMÉSTICO	-101.429
TRABALHADOR DA MECANIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E FLORESTAL	-62.877

Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

Em relação às taxas de desocupação³, a região, no geral, apresentou queda de 5,7% em 2004 para 4,0% em 2013. Este movimento foi uniforme: entre 2004 e 2013, no Paraná, a taxa de desocupação passou de 6,1% para 4,3%; em Santa Catarina foi de 4,4% para 3,2%; e no Rio Grande do Sul passou de 6% para 4,3%. Em todos os estados, no período analisado, o aumento da população economicamente ativa resultou do crescimento dos ocupados e queda dos desocupados.

GRÁFICO 11

Taxa de desocupação da Região Sul, 2004 e 2013, em %.



Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

³ **Taxa de desocupação:** Percentagem de pessoas desocupadas de um grupo etário em relação ao total de pessoas economicamente ativas do mesmo grupo etário.

Pessoa economicamente ativa: Pessoa classificada como ocupada ou desocupada no período de referência especificado (semana de referência da pesquisa ou período de referência de 365 dias).

Sobre a escolaridade dos ocupados da região, ela é superior à média nacional, sendo a segunda maior dentre todas as regiões do país. Enquanto em 2004 sua média era de 7,67 anos, em 2013 ela cresceu para 9,05 anos, superando a média nacional de 8,7 anos, no mesmo ano. O estado que possui a maior média de anos de estudo é o Rio Grande do Sul, sendo seguido pelo Paraná e Santa Catarina.

TABELA 6
Escolaridade dos ocupados na região Sul, geral e por estado, 2004 e 2013, em anos de estudo.

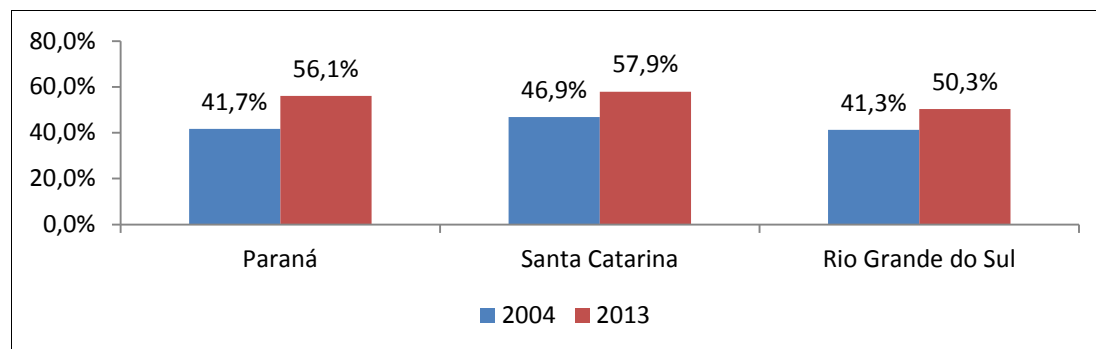
UF	2004	2013
Paraná	7,67	9,23
Santa Catarina	7,79	9,38
Rio Grande do Sul	7,61	8,69
SUL	7,67	9,05

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

Houve um movimento expressivo de formalização das relações de trabalho na região Sul, atingindo todos os seus estados e avançando mais que a média nacional. Na região, a taxa passou de 42,7% em 2004 para 54,3% em 2013. Todos os estados da região possuíam taxa superior à média nacional (de 49,4% em 2013), sendo a maior taxa, 57,9%, verificada em Santa Catarina.

Quando se analisa a taxa de formalização⁴ desagregada por Macrossetores CUT e unidades da Federação, a região Sul mostra um crescimento da formalização de todos os macrossetores, à exceção do Setor Público. Considerando também os estados, no macrossetor Rural o destaque é para o aumento expressivo da formalização no Paraná; no macrossetor Indústria, crescimento em todos os estados da região, assim como no Comércio, Serviços e Logística; queda no macrossetor Setor Público, verificado em todos os estados.

GRÁFICO 12
Taxa de formalização da Região Sul, 2004 e 2013, em %.



Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

⁴ **Taxa de formalização:** Participação dos trabalhadores com carteira, militares e estatutários em relação ao total de ocupados.

TABELA 7

Taxa de formalização por macrossetores CUT e unidade da federação, Sul, 2004 e 2013, em % do total de ocupados do macrossetor.

UF	RURAIS		INDÚSTRIA		COM, SERV E LOG		SETOR PÚBLICO	
	2004	2013	2004	2013	2004	2013	2004	2013
Paraná	7,3%	19,9%	52,6%	59,9%	44,0%	56,3%	89,8%	85,4%
Santa Catarina	6,3%	7,7%	63,0%	68,0%	49,5%	58,5%	81,4%	80,9%
Rio Grande do Sul	5,6%	6,2%	57,5%	59,4%	45,1%	56,1%	84,8%	82,0%
TOTAL	6,3%	10,8%	57,4%	62,0%	45,5%	56,7%	85,9%	83,1%

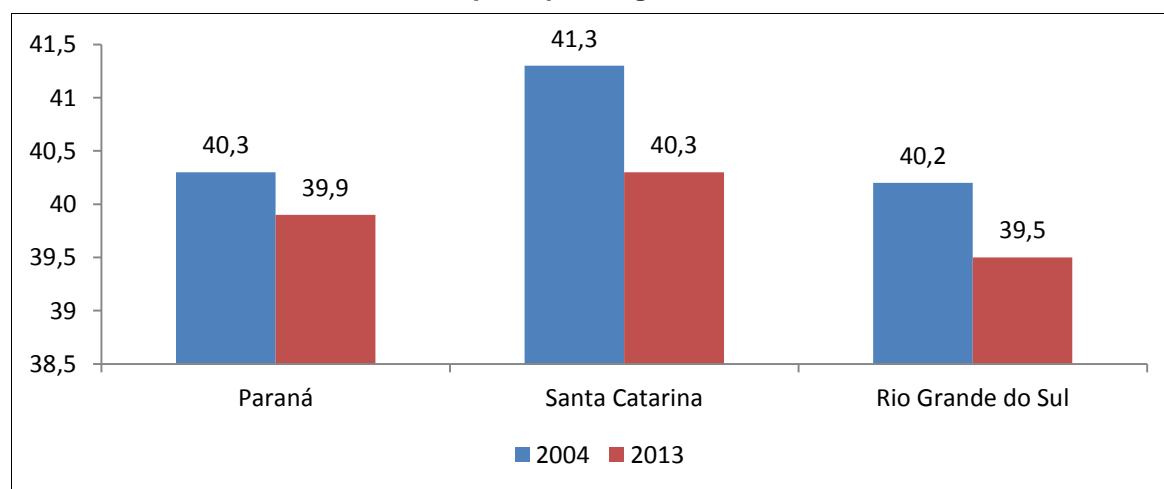
Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

Sobre a jornada de trabalho, a média de horas trabalhadas por semana no trabalho principal da região caiu de 40,5 horas para 39,9. Considerando-se todos os trabalhos (já que os trabalhadores podem atuar em mais de um lugar) houve redução expressiva na quantidade de ocupados que trabalhavam 45 horas ou mais, caindo de 36,0% em 2004 para 29,0%. Em 2013, nos estados considerados, 47,7% trabalhavam de 40 a 44 horas.

O comportamento verificado no total da região foi observado em todos os estados. No Paraná, a jornada caiu de 40,3 horas/semana em 2004 para 39,9 horas/semana em 2013. Em Santa Catarina, a jornada semanal, maior do que a média do Sul passou de 41,3 horas em 2004 para 40,3 horas em 2013. No Rio Grande do Sul passou de 40,2 horas em 2004 para 39,5 horas em 2013.

GRÁFICO 13

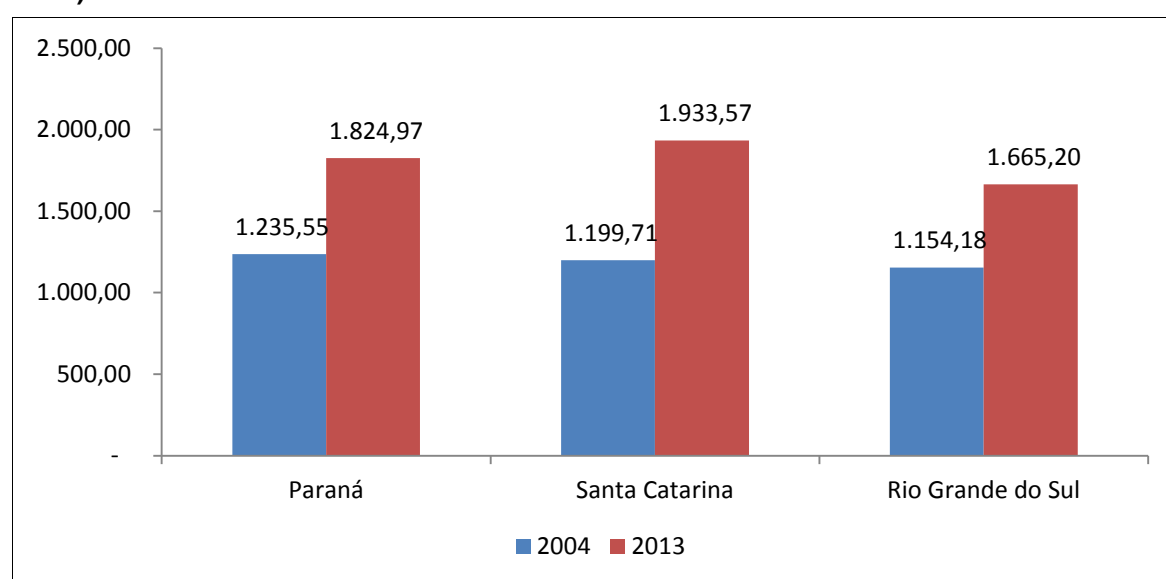
Jornada média semanal do trabalho principal, Região Sul, 2004 e 2013, em horas.



Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

Em relação aos rendimentos médios dos ocupados da região Sul (incluindo os sem rendimentos), houve expressivo aumento: em valores deflacionados (INPC-IBGE de janeiro de 2015), enquanto em 2004 era de R\$ 1.194,65, em 2013 ele passou a R\$ 1.787,05, crescendo um pouco abaixo da renda nacional (49,5% contra aproximadamente 50,0%). Porém, esse crescimento não ocorreu de forma equânime: enquanto no Paraná e no Rio Grande do Sul o aumento foi de, respectivamente, 47,7% e 44,3%, abaixo da média da região, em Santa Catarina foi de 61,2%, ou seja, muito acima da média da região.

GRÁFICO 14
Rendimento médio, Região Sul, 2004 e 2013, em Reais (R\$) de janeiro de 2015 (INPC-IBGE).



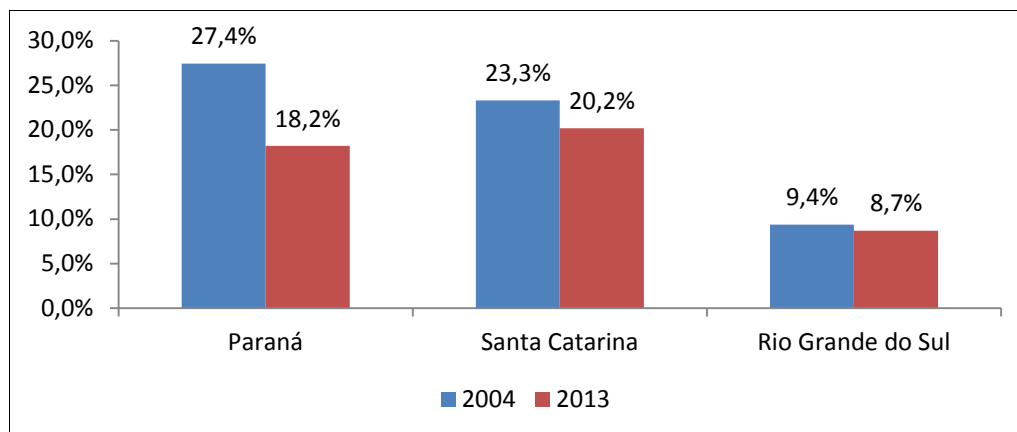
Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

Um aspecto muito importante na região foi que, conforme a tendência nacional, houve uma queda na taxa de sindicalização⁵ no Sul: enquanto a verificada no país caiu de aproximadamente 18,0% em 2004 para 16,0% em 2013, a do Sul diminuiu de 14,0% para 12,9%. Nota-se que em todos os estados houve queda da taxa de sindicalização, mas chama a atenção a queda da taxa de sindicalização no Paraná: passou de 27,4% em 2004 para 18,2% em 2013.

⁵ **Taxa de sindicalização:** Participação de pessoas associadas a algum sindicato na semana de referência em relação ao total de ocupados.

GRÁFICO 15

Taxa de sindicalização, região Sul, em % do total de ocupados (as), 2004 e 2013.



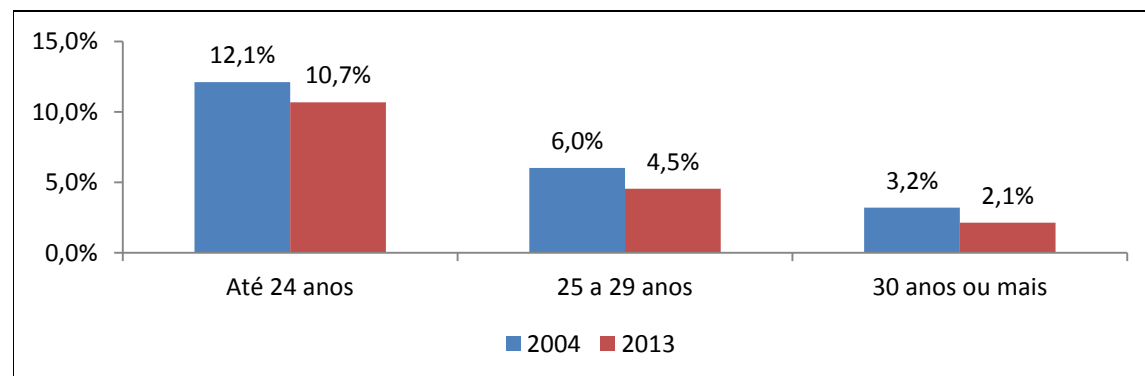
Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

Esta análise não poderia deixar de enfatizar, porém, as assimetrias existentes no mercado de trabalho da região em relação às particularidades envolvidas na inserção de gênero, faixa etária e raça. Como em outras regiões do país, estes grupos são os que possuem piores inserções ocupacionais, com maiores taxas de desocupação e menores rendimentos.

Considerando o universo dos jovens, a dificuldade de inserção destes no mercado de trabalho é notória. Os jovens, principalmente aqueles com até 24 anos, possuem taxas de desocupação muito superiores aos demais grupos etários, podendo caracterizar a juventude como grande vítima da falta de trabalho. De 2004 a 2013, na região Sul, apesar da queda da desocupação em todas as faixas etárias, entre os jovens com até 24 anos a taxa continuou significativamente maior do que entre os outros grupos etários. A inserção do jovem no mercado de trabalho tem sido cada vez mais difícil e no Sul não tem sido diferente.

GRÁFICO 16

Taxa de desocupação por faixas etárias, região Sul, em % do total de ocupados (as), 2004 e 2013.

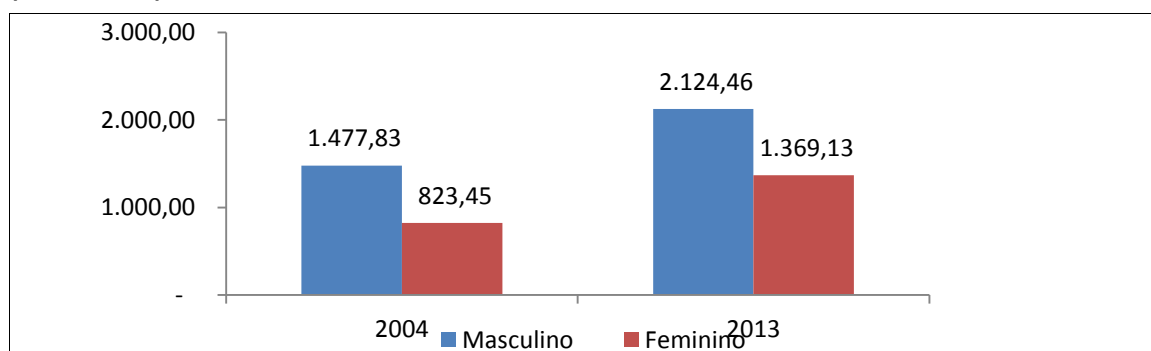


Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

Já para Negros e Mulheres, ainda que o fenômeno da inserção no mercado de trabalho seja muito mais complexo que do homem branco de 30 anos ou mais, talvez a principal assimetria se concentre em relação aos rendimentos médios: mesmo com todos os avanços do mercado de trabalho no período, este não foi suficiente para minorar as ainda consideráveis diferenças salariais.

Na região Sul, no período de 2004 a 2013, observa-se uma queda nas diferenças salariais entre mulheres e homens: enquanto em 2004 o rendimento médio de uma mulher representava 55,7% dos homens; em 2013 esta taxa era de 64,4%. Apesar das diferenças, pelo menos na análise fica claro que os rendimentos das mulheres cresceram de forma mais acelerada que dos homens.

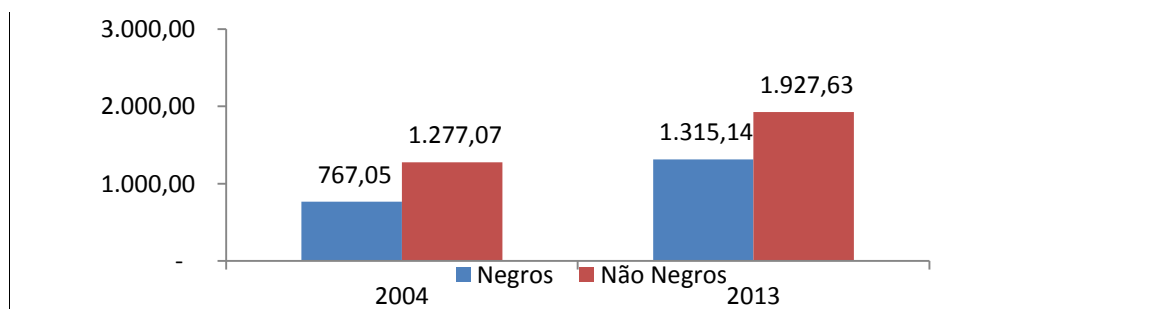
GRÁFICO 17
Rendimento médio, Região Sul, por gênero, 2004 e 2013, em Reais (R\$) de janeiro de 2015 (INPC-IBGE).



Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

Em relação à questão de raça/cor, o mercado de trabalho também avançou de forma discreta na região Sul: comparando os rendimentos médios dos negros em relação aos não negros na região, enquanto em 2004 os primeiros recebiam em média 60,0% do que o não negro, em 2013 esta relação avançou para 68,0%, ou seja, houve uma redução na desigualdade entre negros e não negros de apenas 8% em 10 anos. No mesmo período, o rendimento médio na região Sul apresentou um crescimento de 50,0%. Esse cenário reflete tanto uma pior inserção profissional como, principalmente, que ainda há muitos preconceitos de raça no mercado de trabalho.

GRÁFICO 18
Rendimento médio, Região Sul, negros e não negros, 2004 e 2013, em Reais (R\$) de janeiro de 2015 (INPC-IBGE).

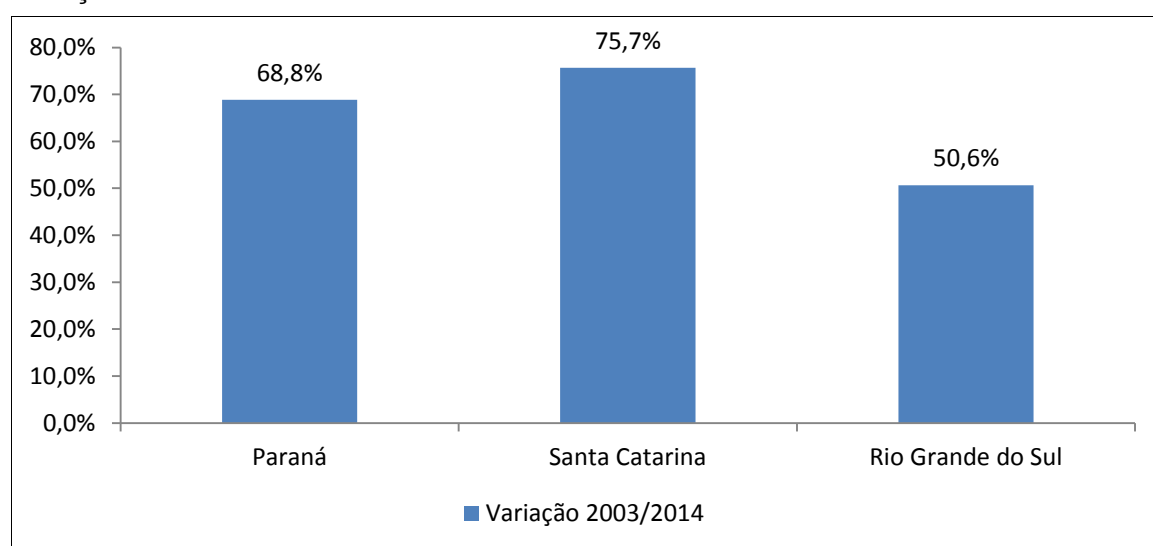


Fonte: Elaboração Subseção DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados da PNAD.

Mercado de trabalho formal⁶

No mercado de trabalho formal, os dados RAIS/CAGED do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostram que, no período de 2003 a 2014, a evolução do emprego formal nos estados da região Sul foi mais acentuada em Santa Catarina. Com um crescimento do emprego abaixo do verificado na região, o estado do Rio Grande do Sul apresentou o menor desempenho e perdeu participação. Por outro lado, cresceu a participação nos estados do Paraná e Santa Catarina.

GRÁFICO 19
Emprego Formal nos estados do Sul
Varição 2003/2014



Fonte: RAIS/CAGED-MTE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.
*Até junho de 2014

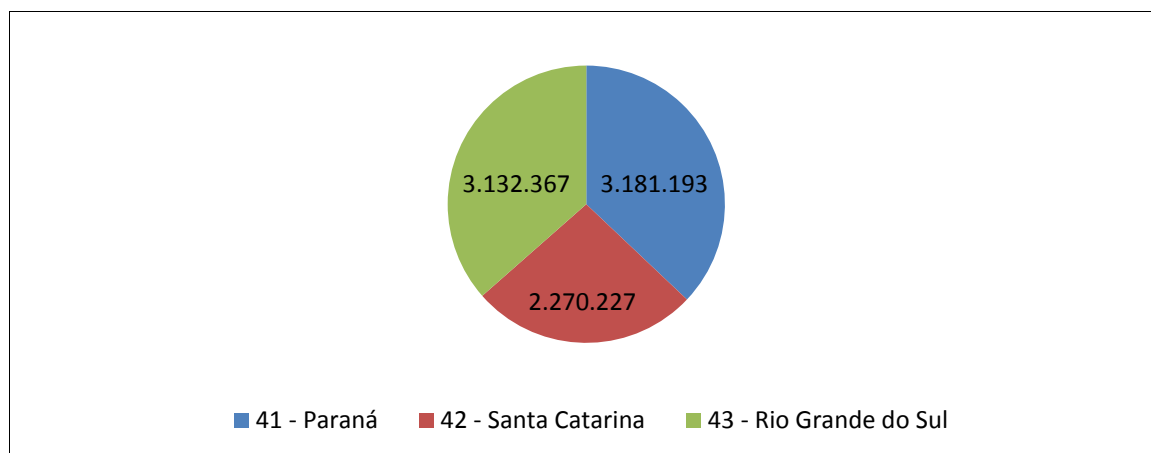
Quanto a distribuição da ocupação formal, em 2104 havia uma relativa uniformidade do emprego nos 3 estados que formam a Região Sul. Com isso, 37,0% dos empregos formais estavam concentrados no estado do Paraná, 36,0% no Rio Grande do Sul e 26,0% em Santa Catarina.

Em relação à participação da Região Sul no total de empregos formais do país, houve uma queda de 18,0% em 2003 para 17% em 2014.

⁶ **Mercado de trabalho formal:** Nesse estudo é constituído pelos empregados contratados por empregadores, pessoa física ou jurídica, sob o regime da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), por prazo indeterminado ou determinado, inclusive a título de experiência, mais os Estatutários, que é o regime definido por um conjunto de regras que regulam a relação funcional entre o servidor e o Estado. Ele submete-se ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/90). As condições de prestação de serviço estão, portanto, traçadas na lei.

GRÁFICO 20

Emprego Formal (com carteira assinada) nos estados do Sul: distribuição por unidades da Federação no ano de 2014*, em nº de empregados formais.



Fonte: RAIS/CAGED-MTE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

*Até junho de 2014

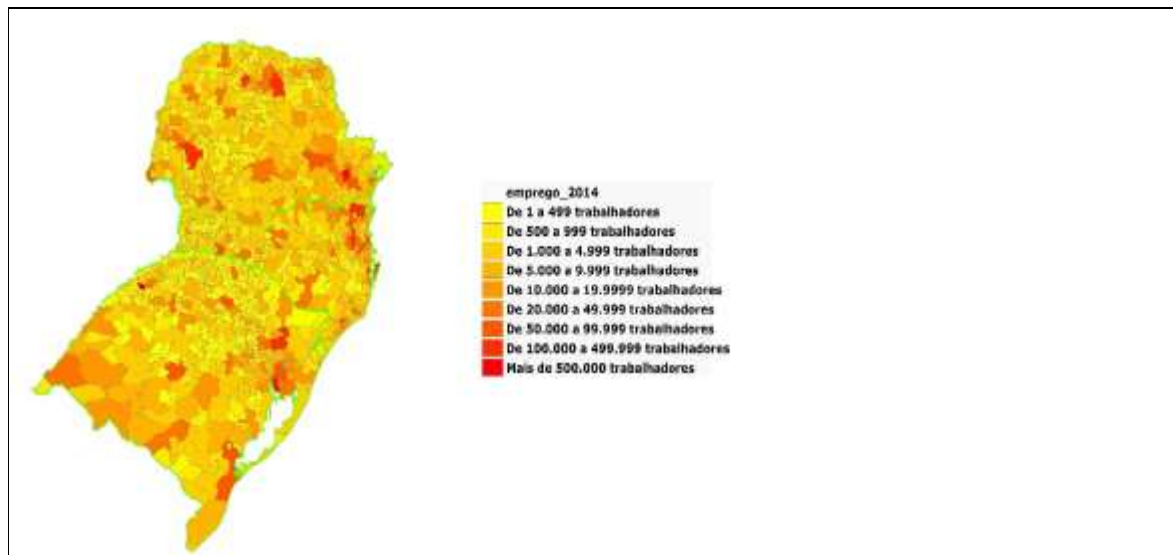
A distribuição do emprego formal por município da região Sul revela que, em 2014, os municípios com mais de 500 mil trabalhadores concentravam 20,0% da mão de obra da região, distribuídas da seguinte forma: 11,0% em Curitiba (PR) e 9,0% em Porto Alegre (RS).

No período entre 2003 a 2014, os municípios com mais de 500 mil trabalhadores permaneceram os mesmos, mas reduziram a participação no total de empregos formais da região de 21,0% em 2003 para 20,0% em 2014. Paralelamente, houve uma redução significativa (-39,0%) na quantidade de municípios na faixa com até 499 trabalhadores. Com isso, aumentou a participação de municípios em todas as outras faixas de classificação, sobretudo, naquelas que agrupavam número maior de trabalhadores, fato favorecido pelo aumento do emprego formal verificado nos últimos anos.

Com isso, entre 2003 e 2014, cresceu 129,0% o número de municípios de 50 mil a 99 mil trabalhadores; 100% na faixa de 100 mil a 499 mil trabalhadores; 63,0% na faixa de 10 mil a 99 mil trabalhadores; 56,0% na faixa de 5 mil a 9 mil trabalhadores; 38,0% de 20 mil a 49 mil trabalhadores e 23,0% na faixa de 1.000 a 4,9 mil trabalhadores.

Até junho de 2014, a maioria dos municípios – 940 dos 1.191 – se concentrava na faixa de até 5 mil trabalhadores formais (Figura 5).

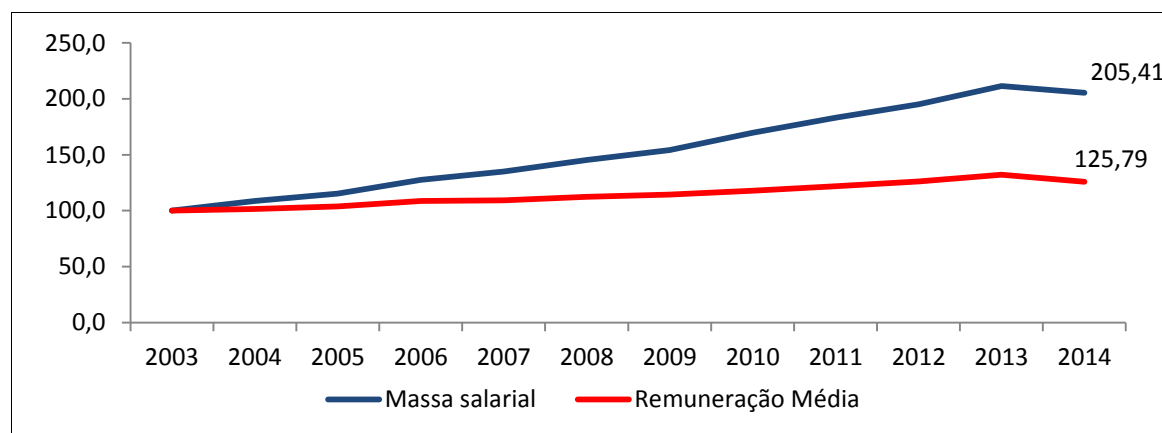
FIGURA 5
Distribuição do emprego formal por faixas de quantidade de trabalhadores formais segundo município, região Sul, junho de 2014.



Fonte: RAIS/CAGED-MTE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

Em relação à evolução da massa salarial e dos rendimentos médios (em R\$) nos estados do Sul, observa-se que o crescimento do montante total dos salários foi em intensidade muito superior ao da remuneração individual, o que resultou da grande expansão do emprego formal não acompanhado, na mesma proporção, pelo crescimento dos salários. Além disso, em ambos observa-se uma queda a partir de 2013, refletindo já a desaceleração da economia brasileira no período.

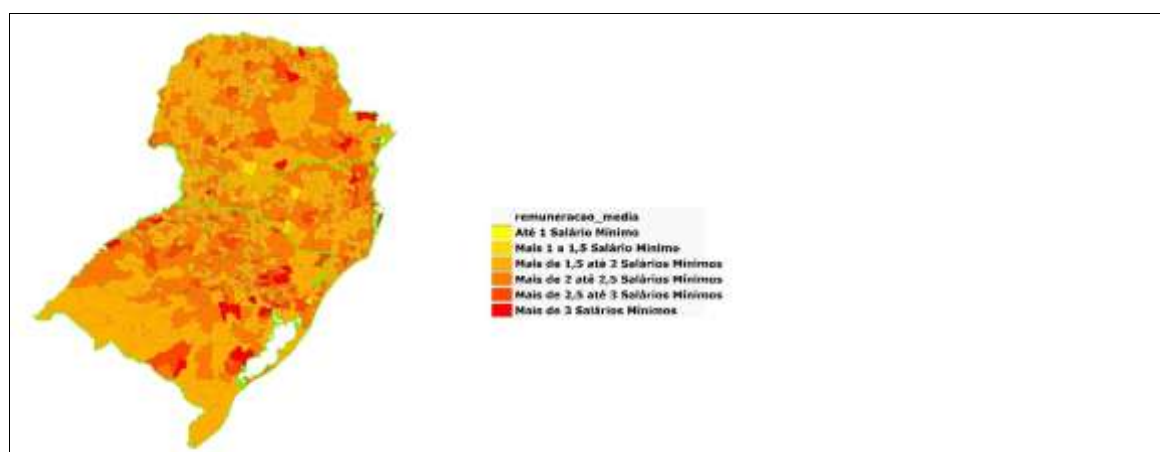
GRÁFICO 21
Evolução da massa salarial e dos rendimentos médios do emprego formal, Sul, 2003 a 2014, em número índice (base: 2003=100).



Fonte: RAIS/CAGED-MTE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

A representação geográfica das remunerações médias pagas na região Sul revela um padrão salarial abaixo da média da região que, em 2014, foi de R\$ 2.007,97, ou 2,8 salários mínimos. Do total de municípios da região, apenas 2% registrou uma média salarial acima de 3 salários mínimos, e 7,0% na faixa de 2,5 a 3 salários mínimos. Os municípios com as maiores remunerações foram Candiota (6,9 S.M.) e Triunfo (5,4 S.M.) no estado do Rio Grande do Sul e Florianópolis em Santa Catarina (4,7 S.M.). Em 90,0% dos municípios a remuneração média foi de 1,5 a 2,5 salários mínimos (Figura 6).

FIGURA 6
Faixa de remuneração média em salários mínimos (SM) por município, região Sul, junho de 2014.



Fonte: RAIS/CAGED-MTE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional.

Negociações Coletivas

Segundo dados oficiais disponibilizados pelo MTE, a região sul formalizou em 2008 um total de 6.587 negociações coletivas (acordos coletivos, convenções coletivas e termos aditivos), número significativamente superior ao registrado em 1997 (1.662 documentos negociados). Dentre as Unidades da Federação, Santa Catarina é a localidade com maior número de negociações concluídas: foram 3.419 contra 1.928 no Paraná e 1.240 no Rio Grande do Sul.

TABELA 8
Instrumentos Coletivos Registrados na Região Sul, por Unidade da Federação 1997 a 2008

	1997	1998	1999	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Sul	1.662	4.858	4.962	4.852	4.187	7.023	6.732	4.377	5.971	6.587
Paraná	407	2.215	1.968	1.972	-	3.175	3.088	1.156	2.033	1.928
Santa Catarina	855	1.439	1.721	1.526	1.974	2.038	2.068	1.461	2.606	3.419
Rio Grande do Sul	400	1.204	1.273	1.354	2.213	1.810	1.576	1.760	1.332	1.240
Brasil	9.782	15.358	16.632	18.772	15.797	29.516	31.264	23.932	30.571	32.662

Fonte: Delegacias Regionais do Trabalho.
Elaboração: Secretaria de Relações do Trabalho (MTE).

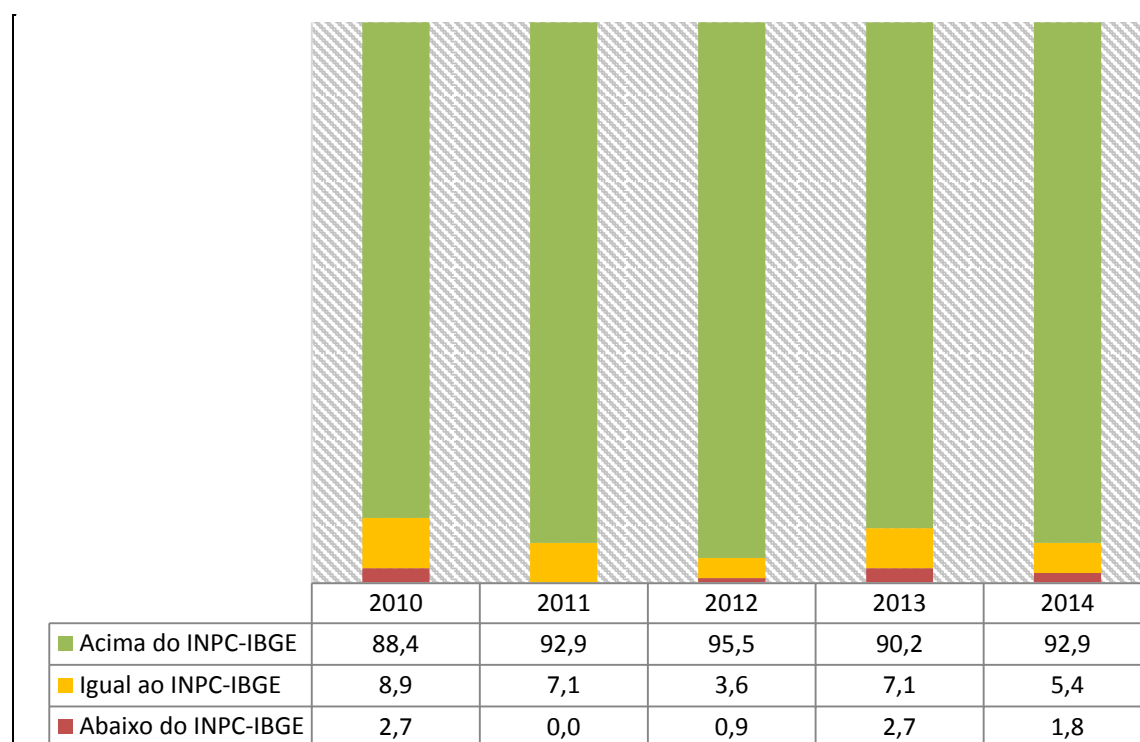
As Unidades da Federação da região Sul do país têm apresentado resultado positivo da ação sindical nas datas base, de acordo com acompanhamento realizado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas). Entre 2010 e 2014 a grande maioria das convenções e acordos coletivos asseguraram ganhos reais de salários, isto é, superaram o INPC-IBGE acumulado nos doze meses anteriores. Os resultados mais favoráveis são verificados em 2012 (95,5% superou a inflação) e em 2011 e 2014, anos nos quais 92,9% do total garantiram ganhos reais. No que se refere às negociações que acumularam perdas salariais, é importante dizer que o percentual sempre foi muito baixo, atingindo seu maior patamar em 2010 (apenas 2,7%).

Quando é realizada a comparação dos resultados nacionais, que consideram as negociações de todo o país, com o apurado para o Sul, observa-se que Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina asseguraram maiores percentuais de ganhos reais em 2010, 2011 e 2013. Em 2012 o resultado do Sul foi idêntico ao apurado no total do Brasil e, em 2014, inferior ao nacional.

Ao todo foram analisadas 112 negociações (convenções e acordos coletivos de trabalho) para cada um dos anos.

GRÁFICO 22

Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC-IBGE, região Sul, 2010 a 2014.



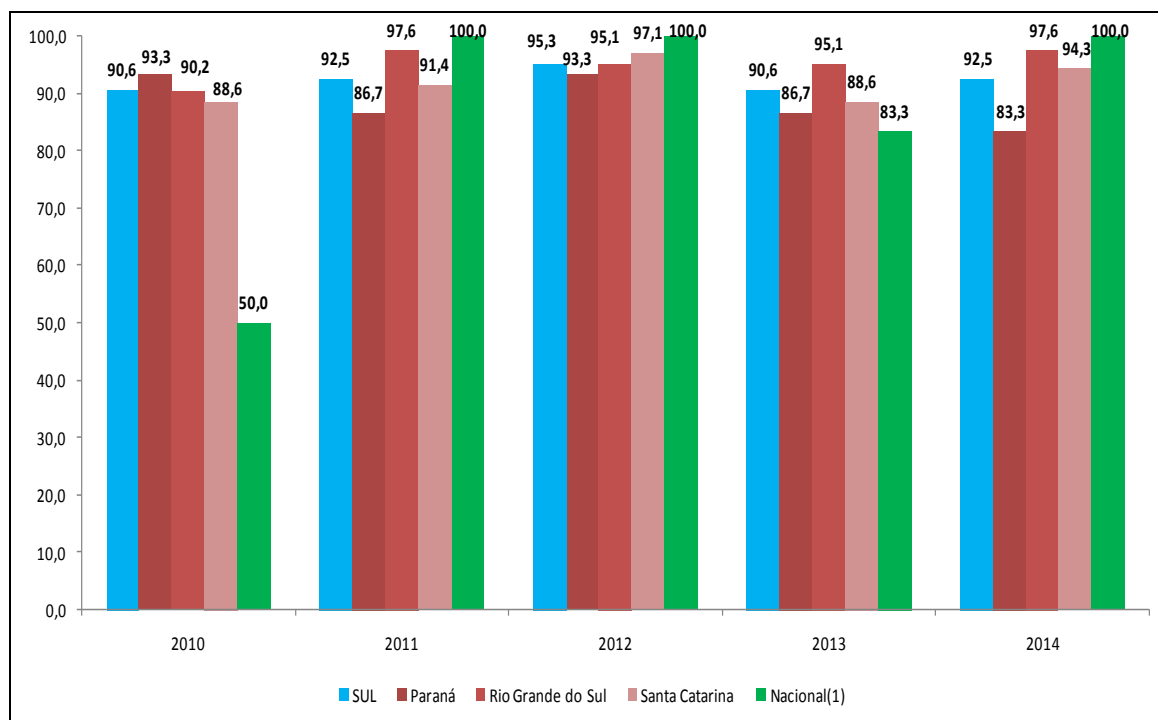
Fonte: DIEESE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

Nota: Inclui reajustes salariais definidos em contratos coletivos com abrangência nacional ou inter-regional

Quando o resultado das negociações coletivas é desagregado por Unidade da Federação, identificam-se algumas diferenças no interior da região Sul. Nos anos de 2011, 2013 e 2014, o Rio Grande do Sul foi o estado que alcançou o maior percentual de reajustes superiores à inflação: 97,6%, 95,1% e 97,6%, respectivamente. O Paraná, por sua vez, apresentou os menores percentuais de negociações acima do INPC-IBGE em quatro ocasiões: 2011 (86,7%), 2012 (93,3%), 2013 (86,7%) e 2014 (83,3%).

GRÁFICO 23

Percentual de negociações com reajustes superiores ao INPC-IBGE segundo UF e Região Sul, 2010 a 2014



Fonte: DIEESE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

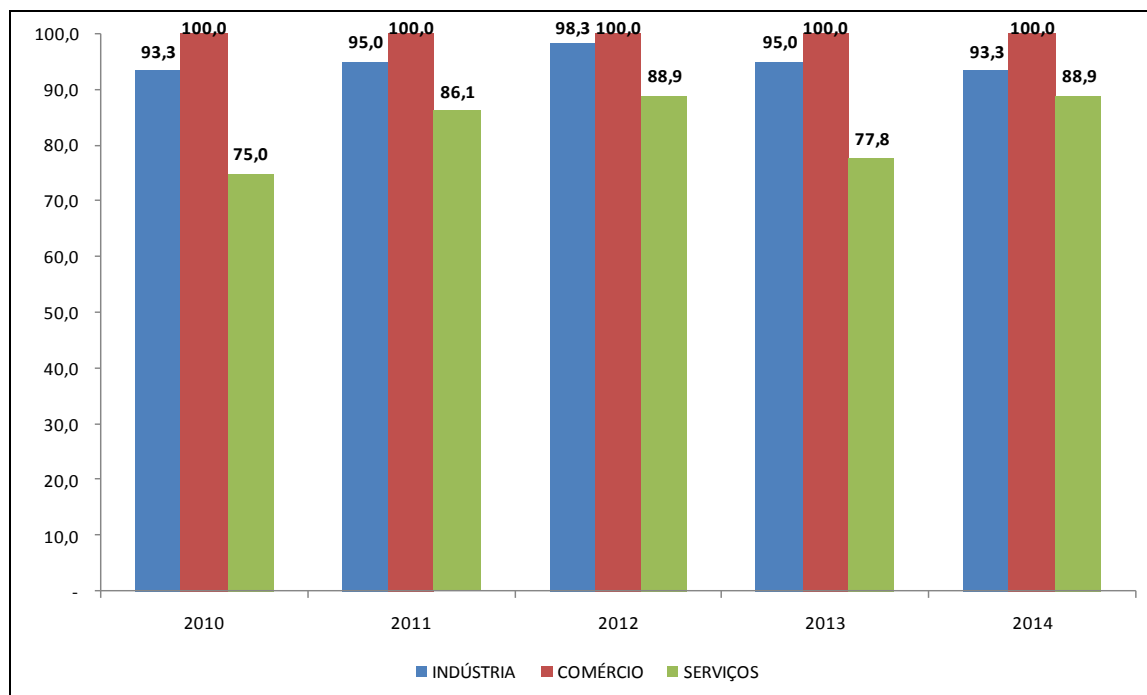
Nota: (1) Reajustes salariais definidos em contratos coletivos com abrangência nacional ou inter-regional

O recorte setorial revela que o comércio, ao longo dos cinco anos analisados, alcançou 100,0% das negociações coletivas acima do INPC-IBGE. Enquanto que o setor industrial apresentou entre 93,3% (em 2012 e 2014) e 98,3% (2012) das negociações resultando em ganhos reais de salários.

O setor de prestação de serviços, por sua vez, apresentou o desempenho menos favorável, em 2010 o percentual de acordos e negociações com reajustes superiores à inflação foi de 75,0% e, em 2010 e 2014, atingiu-se 88,9% de negociações acima da inflação.

GRÁFICO 24

Percentual de negociações com reajustes superiores ao INPC-IBGE segundo setor, região Sul, 2010 a 2014.



Fonte: DIEESE. Elaboração: Subseção DIEESE/CUT-Nacional

Nota: Inclui reajustes salariais definidos em contratos coletivos com abrangência nacional ou inter-regional

PARTE III: INDICADORES DE TRABALHO DECENTE

Brasil: Desigualdades Regionais – Região Sul

1. Trabalho Inaceitável

Em 2013, 135 trabalhadoras e trabalhadores foram resgatados de trabalho em condições análogas ao regime de escravidão na região Sul, em 34 estabelecimentos inspecionados – o equivalente a cerca de 11% do total de ações de fiscalização realizadas no Brasil, segundo a Secretaria de Inspeção do Trabalho, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Somente no Paraná foram localizados quase a metade desses trabalhadores resgatados na região: em média, o estado registrou em torno de 3 resgates por operação de fiscalização, enquanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul observaram aproximadamente 4 e 9 resgates, respectivamente, também em 2013. No Rio Grande do Sul, em 2012, em apenas 3 estabelecimentos inspecionados, 59 trabalhadores haviam sido resgatados.

Os flagrantes de trabalho escravo ao longo de 2013 ocorreram, no Paraná, nos municípios de Campina Grande do Sul (cultivo do pinus), Honório Serpa (eucalipto), Inácio Martins (erva-mate), Pinhalão (café), Pinhão (erva-mate) e Wenceslau Braz (pecuária); em Santa Catarina, nos municípios de Imbuia (envolvendo o desmatamento), Ituporanga (desmatamento), Palmitos (erva-mate) e Santa Terezinha (erva-mate); e no Rio Grande do Sul, no município de Ipê (cultivo do morango e atividade de mineração).⁷

TABELA 1

Trabalhadores Resgatados em Condições Análogas à Escravidão nos meios Urbano e Rural - Região Sul, por Unidade da Federação, 2008 a 2013.

	2013		2012		2011		2010		2009		2008	
	Nº est. Inspec.	Trab. Resg.	Nº est. Inspec.	Trab. Resg.	Nº est. Inspec.	Trab. Resg.	Nº est. Inspec.	Trab. Resg.	Nº est. Inspec.	Trab. Resg.	Nº est. Inspec.*	Trab. Resg.
Sul	34	135	23	367	59	154	44	397	62	343	38	299
Paraná	22	64	13	256	12	19	26	120	47	227	21	155
Santa Catarina	7	27	7	52	34	107	17	253	11	98	16	140
Rio Grande do Sul	5	44	3	59	13	28	1	24	4	18	1	4
Brasil	300	2.063	255	2.573	342	2.491	309	2.628	350	3.769	301	5.016

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nota: * N° de fazendas fiscalizadas.

De acordo com o último Censo/IBGE, de 2010, 15% das crianças ocupadas na faixa etária dos 10 a 13 anos no Brasil localizavam-se na região Sul, das quais mais da metade residiam nos meios rurais. Do total destas crianças da região, uma em cada cinco (22 mil) estava domiciliada nos meios rurais do Rio Grande do Sul. No Paraná, por sua vez, mais da metade (52%) das crianças do mesmo grupo de idade estavam domiciliadas nos meios urbanos.

⁷ Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT).

TABELA 2

Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de idade e situação do domicílio - Região Sul, por Unidade da Federação, 2010

	Pessoas de 10 a 17 anos de idade, ocupadas na semana de referência								
	Total	Situação do domicílio		Grupos de idade					
				10 a 13 anos			14 ou 15 anos		
		Urbana	Rural	Total	Situação do domicílio		Total	Situação do domicílio	
			Urbana	Rural		Urbana	Rural		
Sul	617.724	431.671	186.053	107.078	51.310	55.768	157.147	102.896	54.250
Paraná	240.271	173.086	67.185	42.118	21.943	20.176	63.270	43.844	19.426
Santa Catarina	160.140	111.475	48.665	25.301	11.709	13.592	40.535	26.285	14.251
Rio Grande do Sul	217.312	147.110	70.202	39.659	17.659	22.000	53.341	32.768	20.574
Brasil	3.406.514	2.350.835	1.055.679	710.139	364.056	346.083	888.430	582.664	305.766

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

2. Tratamento Digno

Dentre as grandes regiões brasileiras, a região Sul apresentou a maior elevação real do salário médio de admissão (4,12%) no primeiro trimestre de 2014, em comparativo ao mesmo período do ano precedente (para o Brasil, tal variação representou aumento de 2,49%). Oferecendo salário médio real total de R\$ 1.111,39, independentemente do sexo, comparativamente ao salário mínimo nacional⁸, a região registrou salário médio real de admissão equivalente a 1,53 salário mínimo, ainda em referência ao primeiro trimestre de 2014 (para o Brasil esta relação era de 1,61 salário mínimo). Santa Catarina, onde foram oferecidos R\$ 1.147,10, ocupou a quarta posição no *ranking* nacional dos maiores salários médios de admissão oferecidos nesse período, na sequência de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Analisando brevemente a discriminação de gênero na região Sul, observamos que às mulheres foram oferecidos 84,65% do salário médio real de admissão auferido pelos homens no primeiro trimestre de 2014: no Paraná, onde a discrepância demonstrou ser mais acentuada, esta proporção foi de 83,67%. Santa Catarina e Rio Grande do Sul registraram salário médio real de admissão de 86,04% e 84,26%, respectivamente, no mesmo período – para Santa Catarina os dados apontam um agravamento da desigualdade de remuneração entre mulheres e homens na relação dos salários entre os períodos de 2013 e 2014. No Brasil, o salário médio real de admissão oferecido às trabalhadoras, segundo o CAGED, no primeiro trimestre de 2014, foi equivalente a apenas 86,65% daquele referente aos homens.

⁸ O salário mínimo nacional em vigência no decorrer de 2014 era de R\$ 724,00.

TABELA 3**Salário Médio Real(*) de Admissão por Gênero - Região Sul, por Unidade da Federação, 1º Trimestre de 2014.***Em Reais*

	1º Trimestre/2014			1º Trimestre/2013			Variação Relativa			Relação dos Salários Fem./Masc.	
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	2014	2013
Sul	1.187,35	1.005,05	1.111,39	1.140,74	964,59	1.067,37	4,09	4,19	4,12	84,65	84,56
Paraná	1.203,31	1.006,79	1.123,13	1.161,26	965,55	1.081,36	3,62	4,27	3,86	83,67	83,15
Santa Catarina	1.220,16	1.049,83	1.147,10	1.165,64	1.010,47	1.098,42	4,68	3,90	4,43	86,04	86,69
Rio Grande do Sul	1.144,30	964,22	1.069,59	1.101,27	925,15	1.028,83	3,91	4,22	3,96	84,26	84,01
Brasil	1.229,31	1.065,15	1.166,84	1.199,19	1.036,96	1.138,46	2,51	2,72	2,49	86,65	86,47

Fonte: CAGED. Nota: * Deflacionado pelo INPC médio de janeiro a março de 2014.

3. Jornada Decente

A jornada total, em média de horas semanais trabalhadas, resultante do somatório do tempo dedicado ao trabalho principal e aos afazeres domésticos, em 2012, foi de 55,8 horas na região Sul. Em se tratando especialmente do tempo dedicado aos afazeres domésticos, verificamos que, em média, as mulheres ocuparam o dobro de horas semanais na realização destas atividades do que os homens. Elas realizaram jornada total que excedeu em aproximadamente 4 horas no contraponto com os homens em todas as localidades da região de referência, tendo, na Região Metropolitana de Curitiba, somado 5,5 horas semanais nessa diferença.

TABELA 4**Média de Horas Semanais trabalhadas no Trabalho Principal, em Afazeres Domésticos e Jornada Total das pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, por sexo - Região Sul, por Unidade da Federação, 2012.**

	Média de horas semanais trabalhadas no trabalho principal			Média de horas gastas em afazeres domésticos			Jornada total		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Sul	40,6	43,3	37,1	15,2	9,3	19,9	55,8	52,6	57,0
Paraná	40,5	43,3	36,9	15,0	8,5	19,9	55,5	51,8	56,8
R. M. Curitiba	40,4	42,5	37,8	14,3	8,5	18,7	54,7	51,0	56,5
Santa Catarina	41,8	43,9	39,0	15,1	9,3	18,9	56,9	53,2	57,9
Rio Grande do Sul	39,9	43,0	36,2	15,5	10,0	20,4	55,4	53,0	56,6
R. M. Porto Alegre	40,7	42,7	38,5	15,2	10,3	19,4	55,9	53,0	57,9
Brasil	39,6	42,1	36,1	16,3	10,0	20,8	55,9	52,1	56,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

4. Equilíbrio entre Trabalho, Vida Pessoal e Familiar

Em Curitiba e Porto Alegre, uma entre dez pessoas ocupadas despendiam habitualmente mais de uma hora a até duas horas no trajeto para o trabalho em 2010, de acordo com o Censo/IBGE, o que evidencia a necessidade da adequação de investimentos em infraestrutura nas cidades brasileiras, proporcionando maior disponibilidade de tempo e favorecendo, por exemplo, a possibilidade de melhor qualificação e educação da força de trabalho, além do desfrute da cidade bem como das relações sociais.

TABELA 5

Pessoas Ocupadas na semana de referência que trabalhavam fora do domicílio e retornavam para seu domicílio diariamente, por tempo habitual de deslocamento para o trabalho - Região Sul, por Unidade da Federação e Capital, 2010.

	Nº total de pessoas	Total (%)	Tempo habitual de deslocamento para o trabalho (%)				
			Até 5 minutos	De 6 minutos até meia hora	Mais de meia hora até uma hora	Mais de uma hora até duas horas	Mais de duas horas
Sul	10.063.665	100,00	16,12	59,23	18,84	5,23	0,58
Paraná	3.788.922	100,00	15,31	57,09	20,51	6,38	0,71
Curitiba	657.748	100,00	7,50	48,22	33,43	9,97	0,87
Santa Catarina	2.434.205	100,00	17,58	63,54	15,46	3,07	0,35
Florianópolis	180.732	100,00	9,64	57,44	24,75	7,53	0,64
Rio Grande do Sul	3.840.538	100,00	16,00	58,60	19,34	5,46	0,60
Porto Alegre	518.807	100,00	6,95	48,58	34,41	9,43	0,62
Brasil	61.589.232	100,00	13,06	52,21	23,33	9,62	1,78

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

5. Trabalho Seguro

No Brasil, nos últimos três anos, ocorreram 2,1 milhões acidentes de trabalho, além destes, uma grande quantidade de trabalhadores perdeu a vida no local de trabalho. Foram cerca de 8 mil óbitos e 48 mil que não retornaram mais para o trabalho devido à invalidez permanente. Esses dados, apesar da implantação do NTEP⁹ no ano de 2007, ainda estão subnotificados, pois não estão computados os trabalhadores estatutários e informais.

⁹ O **Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário** (NTEP) é uma metodologia que tem o objetivo de identificar quais doenças e acidentes estão relacionados com a prática de uma determinada atividade profissional pelo INSS no Brasil. Com o NTEP, quando o trabalhador adquirir uma enfermidade inteiramente relacionada à atividade profissional, fica qualificado o acidente de trabalho. Nos casos em que houver relação estatística entre a doença ou lesão e o setor de atividade econômica do trabalhador, o nexa epidemiológico determinará automaticamente que se trata de benefício acidentário e não de benefício previdenciário normal.

TABELA 6
Acidentes de Trabalho – Brasil

Ano	Total/ano	Típico	Trajeto	Doença Trabalho	S/CAT-NTEP	Invalidez	Óbitos
2011	720.629	426.153	100.897	16.839	176.740	16.658	2.938
2012	713.984	426.284	103.040	16.898	167.762	17.047	2.768
2013	717.911	432.254	111.601	15.226	158.830	14.837	2.797
Total geral	2.152.524	1.284.691	315.538	48.963	503.332	48.542	8.503

Elaboração: Secretaria de Saúde do Trabalhador CUT, com base no AEPS

Segundo dados da Previdência Social “no ano de 2013, foram registrados no INSS cerca de 717,9 mil acidentes do trabalho. Em comparação com o ano de 2012, o número de acidentes de trabalho teve aumento de 0,55%. O total de acidentes registrados com CAT¹⁰ aumentou em 2,30% de 2012 para 2013. Do total de acidentes registrados com CAT, os acidentes típicos representaram 77,32%; os de trajeto 19,96% e as doenças do trabalho 2,72%. As pessoas do sexo masculino participaram com 73,01% e as pessoas do sexo feminino 26,99% nos acidentes típicos; 62,21% e 37,79% nos de trajeto; e 58,38% e 41,62% nas doenças do trabalho. Nos acidentes típicos e nos de trajeto, a faixa etária decenal com maior incidência de acidentes foi a constituída por pessoas de 20 a 29 anos com, respectivamente, 34,11% e 37,50% do total de acidentes registrados. Nas doenças de trabalho, a faixa de maior incidência foi a de 30 a 39 anos, com 33,52% do total de acidentes registrados”.

Em relação aos dados apresentados na Tabela 7, chamam a atenção os números de morte e invalidez nos anos de 2011, 2012 e 2013. São cerca de 1.660 óbitos e 12.939 trabalhadores/as que não retornarão mais para o trabalho. Há também o crescimento no registro de acidentes de trajeto, com aumento variando entre 2011 e 2013 em 5,52 %. É importante ressaltar que na região Sul, a partir da implantação do NETP, houve um aumento significativo nos registros de acidentes de trabalho, conforme se percebe na Tabela 7, coluna S/CAT NETP. Cerca de 134 mil acidentes eram subnotificados anualmente, isto é, não eram caracterizados como acidentes relacionados ao trabalho.

TABELA 7
Dados estatísticos de acidentes do trabalho – Região Sul

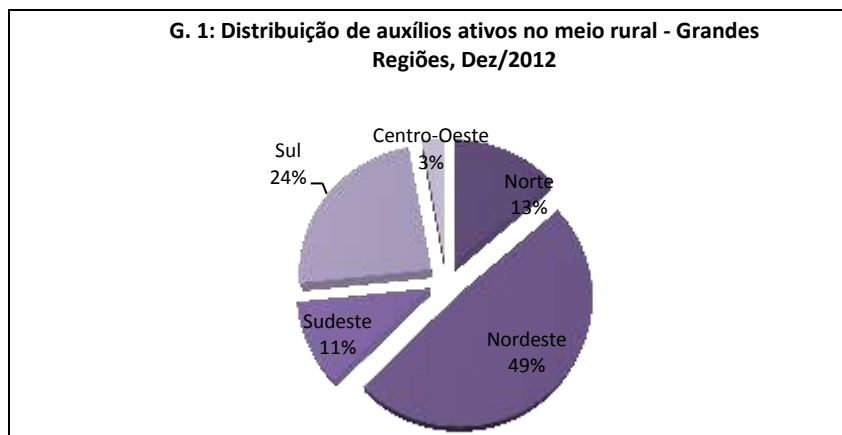
Ano	total/ano	Típico	Trajeto	Doença Trabalho	S/CAT-NTEP	Invalidez	óbitos
2011	155.497	87.683	18.947	2.539	46.328	4.282	571
2012	150.580	85.759	18.417	2.557	43.847	4.550	542
2013	158.113	90.659	19.994	2.965	44.495	4.107	547
	464.190	264.101	57.358	8.061	134.670	12.939	1.660

Elaboração: Secretaria de Saúde do Trabalhador CUT Nacional, com base no AEPS

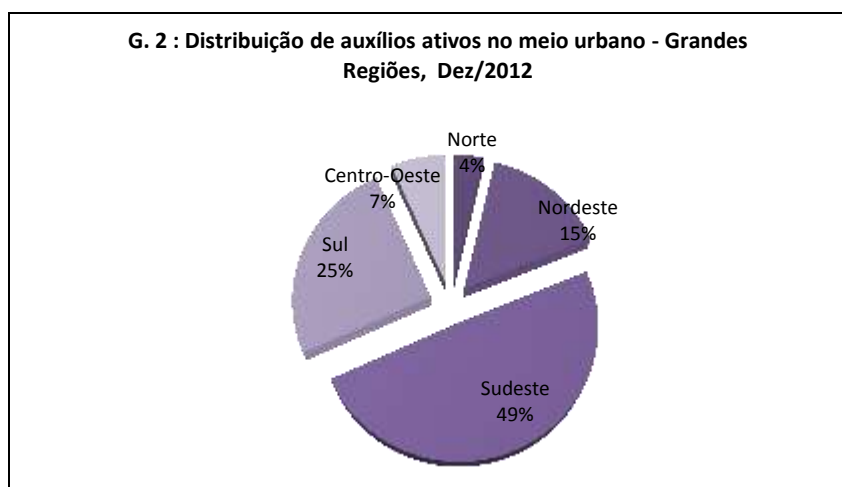
¹⁰ A **Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)** é um documento emitido para reconhecer um acidente de trabalho ou uma doença ocupacional. Deve ser emitida pela empresa no prazo de 1 dia útil, ou, se ocorreu óbito, imediatamente. Pode também ser emitida - mesmo fora do prazo - pelo médico, pelo familiar, por um dependente do segurado, pelo sindicato ou por uma autoridade pública; nesse caso o INSS enviará uma carta à empresa para que emita sua CAT.

6. Proteção Social

Na região Sul, estiveram abrangidos 23,8% do total de auxílios – subdivididos em auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-acidente, incluídos, assim como as aposentadorias, as pensões por morte, o salário-família e o salário-maternidade, nos benefícios previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – ativos nas zonas rurais segundo as grandes regiões brasileiras em dezembro de 2012. Considerando as zonas urbanas, essa participação compreendeu 25,1% do total de auxílios.



Fonte: AEPS, 2012.



Fonte: AEPS, 2012.

Sobre as aposentadorias, cerca de 91% do total de benefícios ativos nas zonas rurais da região Sul foram motivados pela idade do segurado em 2012, ou seja, demonstra as trajetórias marcadas pela informalidade: embora ingressem precocemente nas atividades ocupacionais, boa parte do vínculo profissional nem sempre é registrada formalmente com assinatura em carteira de trabalho – somente 0,35% foi motivada pelo tempo de contribuição comprovado à Previdência Social. Nos meios urbanos da grande região 22% dos aposentados receberam o benefício por invalidez em 2012.

TABELA 8

Quantidade de Aposentadorias Urbanas e Rurais Ativas, por grupos de espécies - Região Sul, por Unidade da Federação, posição em Dezembro, 2010/2012.

	Ano	Quantidade de Aposentadorias Urbanas Ativas				Quantidade de Aposentadorias Rurais Ativas			
		Total	Grupos de Espécies			Total	Grupos de Espécies		
			Tempo de contribuição	Idade	Invalidez		Tempo de contribuição	Idade	Invalidez
Sul	2010	1.843.909	975.396	460.119	408.394	1.044.944	3.352	952.265	89.327
	2011	1.934.965	1.028.665	480.115	426.185	1.054.323	3.537	960.030	90.756
	2012	2.034.610	1.083.831	506.703	444.076	1.066.391	3.726	970.561	92.104
Paraná	2010	487.733	241.806	136.160	109.767	398.598	1.359	364.388	32.851
	2011	515.221	255.591	144.207	115.423	400.648	1.431	366.516	32.701
	2012	547.559	270.336	154.579	122.644	403.833	1.496	369.720	32.617
Santa Catarina	2010	447.454	255.260	85.833	106.361	216.358	442	193.678	22.238
	2011	473.408	269.849	90.212	113.347	218.611	441	195.354	22.816
	2012	500.951	284.850	96.034	120.067	222.137	458	198.077	23.602
Rio Grande do Sul	2010	908.722	478.330	238.126	192.266	429.988	1.551	394.199	34.238
	2011	946.336	503.225	245.696	197.415	435.064	1.665	398.160	35.239
	2012	986.100	528.645	256.090	201.365	440.421	1.772	402.764	35.885
Brasil	2010	9.552.656	4.400.427	2.670.766	2.481.463	5.948.329	15.357	5.501.054	431.918
	2011	9.923.854	4.585.098	2.809.757	2.528.999	6.105.570	16.358	5.655.293	433.919
	2012	10.338.862	4.773.494	2.983.749	2.581.619	6.279.789	17.259	5.825.220	437.310

Fonte: DATAPREV, SUB, Plano Tabular da SVAI.

7. Contexto Socioeconômico – Programas Sociais (o Bolsa Família)

O “Bolsa Família” é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O programa integra o Plano Brasil Sem Miséria – cujo propósito é a garantia de renda, a inclusão produtiva e o acesso aos serviços públicos – e apresenta como foco de atuação as famílias com renda familiar *per capita* de até R\$ 77,00 mensais (extremamente pobres) e renda familiar *per capita* entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 (pobres).¹¹ No Brasil, 75,4% dos beneficiários do Programa Bolsa Família estão trabalhando, segundo o Portal Brasil, do Governo Federal, sendo que 1,7 milhão de titulares já não mais recebem o benefício¹². De acordo com o governo, no mês de abril de 2014 o benefício foi pago a 14.145.274 famílias, atingindo cerca de 50 milhões de pessoas. Os valores do benefício são variáveis: o benefício básico é de R\$ 70,00 mensais, concedido a famílias em situação de extrema pobreza, no entanto, um dos valores mais elevados pagos a uma

¹¹ Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

¹² Fonte: Portal Brasil. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/05/bolsa-familia-nao-gera-acomodacao.jpg/view> (20/05/2014). Acesso em: 01/07/2014.

família, de 19 membros, somou R\$1.332,00.¹³ Na região Sul – que abrangia 14,2% da população brasileira em 2012, segundo a PNAD/IBGE¹⁴, e que inclui o 5º estado mais populoso do Brasil, o Rio Grande do Sul, com 11,2 milhões de habitantes em julho de 2014¹⁵ –, mais de 900 mil famílias foram contempladas com o benefício entre setembro e outubro de 2014.

TABELA 9

Número de Beneficiários atendidos pelo Programa Bolsa Família - Região Sul, por Unidade da Federação, Folhas de pagamento: Setembro e Outubro de 2014.

	Nº de municípios atendidos	Nº de famílias* atendidas	
		Setembro/2014	Outubro/2014
Sul	1.191	935.220	946.227
Paraná (PR)	399	386.637	391.392
Santa Catarina (SC)	295	128.072	129.324
Rio Grande do Sul (RS)	497	420.511	425.511

Nota: *Compõem as famílias a/o responsável e dependentes.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social.

Elaboração: IOS.

Conflitos no Campo

No Brasil houve um total de 1.266 conflitos no campo em 2013, envolvendo 573.118 pessoas. Além da disputa por terra, cujos conflitos específicos abrangeram 435.075 pessoas no país (75,91% do total em conflitos no campo nesse ano), envolvidas em 1.007 conflitos (79,55% do total), dos quais resultaram 29 assassinatos no país, os conflitos acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram motivados por questões relacionadas ao trabalho, à água e à seca. Os conflitos no campo motivados pelo trabalho abarcaram 1.858 pessoas, envolvidas em 154 conflitos, ainda em 2013, no Brasil.

Na região Sul foram registrados 56 conflitos no campo em 2013 (Tabelas 2 a 4), o equivalente a cerca de 4,5% do total de conflitos naquele ano no Brasil. Houve 1 assassinato (Tabela 1) e 2 tentativas de assassinato foram contabilizadas pela CPT na grande região, além de 5 ameaçados de morte. Ao longo de 2013, índios do Paraná e Rio Grande do Sul protestaram contra a suspensão dos processos de reconhecimento e demarcação de suas terras: o Paraná (ao lado de Mato Grosso do Sul, Bahia e Minas Gerais) liderou o *ranking* nacional de violência contra os indígenas.

¹³ Fonte: Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/entenda-como-funciona-o-bolsa-familia-248.html> (13/05/2014). Acesso em: 01/07/2014.

¹⁴ Fonte: IBGE. Síntese de Indicadores Sociais, 2013.

¹⁵ Fonte: Folha/UOL. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1507099-populacao-brasileira-atinge-2027-milhoes-de-habitantes-calcula-ibge.shtml> (20/08/2014). Acesso em: 10/02/2015.

TABELA 1
Assassinato em Conflitos no Campo na Região Sul em 2013.

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Categoria
Guaíra (PR)	Aldeia Tekohá Mirim/T. I. Guarani	23/11/2013	Bernardino Dávila	Índio

Fonte: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo, Brasil - 2013.

TABELA 2
Conflitos no Campo no Paraná em 2013.

PARANÁ				
Conflitos por TERRA				
Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Guaíra	Aldeia Tekohá Nhemboete/T. I. Guarani	07/06/2013	6	Índigenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Araguaju/Por do Sol/T. I. Guarani	12/02/2013	40	Índigenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Guarani/Emp. Mate Laranjeira	05/06/2013		Índigenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Guarani/Emp. Mate Laranjeira	07/06/2013	21	Índigenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Jevy/T. I. Guarani	05/06/2013	49	Índigenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Karumbe'y/T. I. Guarani	04/06/2013	21	Índigenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Marangatu/T. I. Guarani/Itaipu Binacional	02/08/2013	61	Índigenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Mirim/T. I. Guarani	27/03/2013		Índigenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Mirim/T. I. Guarani	23/11/2013	20	Índigenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Yhovv/T. I. Guarani	12/02/2013		Índigenas
Guaíra	Aldeia Tekohá Yhovv/T. I. Guarani	23/11/2013	21	Índigenas
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Araguaju/Por do Sol/T. A. Guarani	12/02/2013	36	Índigenas
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Pohã Renda/T. I. Guarani	07/06/2013	25	Índigenas
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Tajy Poty/T. I. Guarani	06/06/2013	7	Índigenas
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Yvyraty Porã/T. I. Guarani	07/06/2013	36	Índigenas
Subtotal		15	343	
Ocupações/Retomadas				
Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Cascavel/Corbélia	Faz. Bom Sucesso/Acamp. Primeiros Passos	26/02/2013	90	MLST
Goioxim	Área em Água Fria/Goioxim	01/12/2013		OI
São Miguel do Iguçu	T.I. Avá Guarani / Ocuí/Res. Sta. Rosa do Ocuí/UHE Itaipu	15/10/2013	10	Índios
Subtotal:		3	100	

Acampamentos					
Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias		Categoria
Lindoeste	Fazenda Gasparetto	22/07/2013	80		MST
Subtotal:	1		80		
Total de Conflitos por Terra - PR	19		523		
TRABALHO					
Trabalho Escravo					
Municípios	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Tipo de trabalho
Campina Grande do Sul	P.O.S. Administração e Participação de Bens Ltda	02/12/2013	14	14	Pinus
Honório Serpa	Fazenda 2 A	08/04/2013	9	9	Eucalipto
Inácio Martins	Faz. Boa Vista/Agroflorestal Justus S.A	27/02/2013	19	17	Erva-mate
Pinhalão	Fazenda Boa Sorte	22/07/2013	17	17	Café
Pinhão	Ervateira Berté	20/05/2013	6	6	Erva-mate
Wenceslau Braz	Fazenda do Ari Gervande	02/08/2013	1	1	Pecuária
Total de Conflitos relacionados ao trabalho - PR	6		64	64	
ÁGUA					
Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo de conflito	Situação
Capanema/Capitão Leônidas Marques/Nova Prata do Iguaçu/Planalto/Realeza	UHE Baixo Iguaçu/PAC	10/06/2013	1.000	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Foz do Iguaçu/Guaíra	Colônia de Pescadores Z-12/UHE Itaipu	10/09/2013	73	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Guaraqueçaba	Com. Barra do Superagui/Pq. Nac. Marinho Ilha de Currais	06/12/2013	200	Uso e preservação	Divergência
Subtotal	3		1.273		
Total dos Conflitos no Campo - PR	28	Pessoas atingidas: 9.046			

Fonte: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo, Brasil - 2013.

TABELA 3
Conflitos no Campo em Santa Catarina em 2013.

SANTA CATARINA					
Conflitos por TERRA					
Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias		Categoria
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/ Itaty/ Guarani M'Bya	01/03/2013	28		Indígenas
São José do Cerrito	Fazenda Linda Vista	17/01/2013	80		Sem Terra
Subtotal	2		108		
Total de Conflitos por Terra - SC	2		108		
TRABALHO					
Trabalho Escravo					
Municípios	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Tipo de trabalho
Imbuia	Área de Extração de Madeira	23/01/2013	3	3	Desmatamento
Ituporanga	Área de Extração de Madeira	23/01/2013	7	7	Desmatamento
Palmitos	Bonamate/Erva Mate	29/08/2013	11	11	Erva-mate

Santa Terezinha	Brasmate Comércio do Mate	03/07/2013	6	6	Erva-mate
Total de Conflitos relacionados ao trabalho - SC	4		27	27	
ÁGUA					
Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo de conflito	Situação
Abdon Batista/Campo Belo do Sul/Cerro Negro/São José do Cerrito/Vargem	UHE de Garibaldi/Rio Canoas/PAC	18/07/2013		Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Florianópolis	Associação dos Pescadores Rio Ratoes	23/08/2013		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Içara	Mina 101/Carbonífera Rio Deserto	27/09/2013		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Subtotal	3				
Total dos Conflitos no Campo - SC	9	Pessoas atingidas: 567			

Fonte: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo, Brasil - 2013.

TABELA 4
Conflitos no Campo no Rio Grande do Sul em 2013.

RIO GRANDE DO SUL					
Conflitos por TERRA					
Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Caçapava do Sul/ Cachoeira do Sul	T. I. Irapuá/Guarani Mbyá	07/02/2013	15	Índigenas	
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	07/02/2013		Índigenas	
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	15/07/2013	40	Índigenas	
Capivari do Sul	Acamp. Indígena Capivari/Mbyá Guarani	07/02/2013	10	Índigenas	
Erebango	T. I. Tekoá Arandú Verá/Guarani/Mato Preto	07/02/2013	11	Índigenas	
Porto Alegre	T. I. Mbyá-Guarani/ Lomba do Pinheiro	07/02/2013	33	Índigenas	
Porto Alegre/Viamão	Reserva Indígena Estiva	07/02/2013	17	Índigenas	
Porto Alegre/Viamão	T. I. Tekoá Jat'ity/Aldeia Canta Galo	07/02/2013	145	Índigenas	
Restinga Seca	Com. Quil. Rincão dos Martimianos	31/03/2013	52	Quilombolas	
São Borja	Fazenda Palermo	12/07/2013	350	Sem Terra	
Subtotal		10	673		
Ocupações/Retomadas					
Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Caçapava do Sul/ Cachoeira do Sul	T. I. Irapuá/Guarani Mbyá	25/07/2013	15	Índios	
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	08/07/2013	30	Índios	
Eldorado do Sul/Guaíba	T. I. Arroio do Conde/Guarani Mbya	22/03/2013		Índios	
Salto do Jacuí	Área em Salto do Jacuí	10/06/2013	30	Quilombola	
São Borja	Fazenda Palermo	11/07/2013	350	MST	
Subtotal		5	425		
Total de Conflitos por Terra - RS		15	1.098		
Conflitos relacionados ao					

TRABALHO					
Trabalho escravo					
Municípios	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Tipo de trabalho
Ipê	Faz. do Laércio da Costa	20/11/2013	17	17	Morango
Ipê	Pedreira Caravaggio	30/07/2013	3	3 (1 menor)	Mineração
Total de Conflitos relacionados ao trabalho - RS	2		20		
ÁGUA					
Municípios	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo de conflito	Situação
Alpestre/Rio dos Índios	UHE Foz do Chapecó/Com. Lageado Grande/ Leão/Linha do Riva/PAC	14/03/2013	300	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Pirapó/Porto Lucena/Porto Xavier/Roque Gonzales/ Santo Antônio das Missões/São Nicolau	Complexo Hidrelétrico Garabi/Panambi	14/03/2013	1.080	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal	2		1.380		
Total dos Conflitos no Campo - RS	19	Pessoas atingidas: 12.410			

Fonte: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo, Brasil - 2013.

PARTE IV: CONCLUSÕES

Mercado de trabalho e negociações coletivas

A região Sul, comparando os anos de 2004 e 2013, teve um crescimento no número de ocupados (incluindo todas as formas de trabalho) abaixo da média nacional, que se refletiu na queda de sua participação em relação ao total do país. Considerando os Ramos da CUT, o aumento no número de ocupados foi bem diverso, sendo mais destacado no Comércio e Serviços, Construção e Madeira, Educação, Transportes, Metalúrgico, Administração Pública, Saúde e Seguridade Social e Alimentação, com queda no Rural. Esta dinâmica acabou por privilegiar o maior dinamismo das ocupações mais próximas a estes ramos, como trabalhadores do comércio e escriturários, assim como às ligadas à construção civil; houve queda naquelas ligadas ao setor rural, dos setores industriais mais fragilizados e assim como do emprego doméstico.

Considerando as características dos trabalhadores na região no período considerado, houve um aumento na escolaridade dos ocupados, assim como da formalização e redução da jornada de trabalho (fruto principalmente do aumento no número dos ocupados que se tornaram formalizados). A taxa de sindicalização da região, igualmente ao verificado no restante do país, observou queda nos anos considerados, mantendo-se abaixo da nacional. Os rendimentos médios dos ocupados na região cresceram, mas em ritmo inferior à média nacional. Mantiveram-se as diferenças entre homens e mulheres e trabalhadores não negros com os negros, com os primeiros auferindo maior renda, independentemente do ano, ainda que tenha havido alguma diminuição.

Especificamente sobre emprego formal (somente aqueles com carteira de trabalho assinada e funcionários públicos estatutários), entre 2003 a 2014 a dinâmica na região foi de crescimento (assim como verificado no restante do país), mas em ritmo inferior ao restante do país, com o emprego formal desconcentrando-se de forma discreta das capitais dos estados da região. Outro aspecto importante foi que o aumento dos rendimentos médios de cada trabalhador foi inferior ao crescimento da massa de rendimentos como um todo, indicando que o emprego formal cresceu em ritmo superior ao dos salários. Esta análise também indica que já nota-se em 2013 uma reversão da tendência de crescimento de ambos, fruto do processo mais acentuado de deterioração econômica.

Nas negociações coletivas, as observadas no período entre 2010 a 2014, a região Sul se comportou de forma positiva, com não menos de 88,4% das negociações obtendo ganhos reais (chegando a 95,5% em 2012) e mantendo-se acima de 90% desde 2011. Setorialmente, o comércio tem puxado os resultados da região, com a indústria tendo algum destaque somente no ano de 2014 e os serviços tendo um papel depressor, com desempenho inferior aos demais setores analisados.

Indicadores de trabalho decente

Ao todo, 135 trabalhadoras e trabalhadores submetidos a condições de trabalho análogas ao regime de escravidão foram resgatados em 2013 na região Sul, em ações de fiscalização coordenadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (MTE), que supervisionaram 34 estabelecimentos. Somente no Paraná houve o resgate de quase a metade destes trabalhadores: em média, o estado registrou em torno de 3 resgates por operação de fiscalização, enquanto Santa Catarina e Rio Grande do Sul observaram aproximadamente 4 e 9 resgates, respectivamente, também em 2013.

Sobre o trabalho infantil, de acordo com o último Censo/IBGE, de 2010, 15% das crianças ocupadas na faixa etária dos 10 a 13 anos no Brasil localizavam-se na região Sul, das quais, mais da metade residiam nos meios rurais. Do total destas crianças, uma em cada cinco (22 mil) estava domiciliada nos meios rurais do Rio Grande do Sul. No Paraná, por sua vez, mais da metade (52%) das crianças do mesmo grupo de idade estavam domiciliadas nos meios urbanos.

A região Sul, dentre as grandes regiões brasileiras, apresentou a maior elevação real do salário médio de admissão (4,12%) no primeiro trimestre de 2014, em comparativo ao mesmo período do ano precedente (para o Brasil, tal variação representou aumento de 2,49%). Oferecendo salário médio real total de R\$ 1.111,39, independentemente do sexo, comparativamente ao Salário Mínimo nacional, a região registrou salário médio real de admissão equivalente a 1,53 salário mínimo, ainda em referência ao primeiro trimestre de 2014 (para o Brasil esta relação era de 1,61 salário mínimo). Santa Catarina, onde foram oferecidos R\$ 1.147,10, ocupou a quarta posição no *ranking* nacional dos maiores salários médios de admissão oferecidos nesse período, na sequência de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Analisando brevemente a discriminação de gênero na região de referência, observamos que às mulheres foi oferecido 84,65% do salário médio real de admissão auferido pelos homens no primeiro trimestre de 2014: no Paraná, onde a discrepância demonstrou ser mais acentuada, esta proporção foi de 83,67%. Santa Catarina e Rio Grande do Sul registraram salário médio real de admissão de 86,04% e 84,26%, respectivamente, no mesmo período – para Santa Catarina os dados apontam um agravamento da desigualdade de remuneração entre mulheres e homens na relação dos salários entre os períodos de 2013 e 2014. No Brasil, o salário médio real de admissão oferecido às trabalhadoras, segundo o CAGED, no primeiro trimestre de 2014, foi equivalente a apenas 86,65% daquele referente aos homens.

A jornada total, em média de horas semanais trabalhadas, resultante do somatório do tempo dedicado ao trabalho principal e aos afazeres domésticos, em 2012, foi de 55,8 horas na região Sul. Em se tratando especialmente do tempo dedicado aos afazeres domésticos, verificamos que, em média, as mulheres ocuparam o dobro de horas semanais na realização destas atividades do que os homens. Elas realizaram jornada total que excedeu em aproximadamente 4 horas no contraponto com os homens em todas as

localidades da região de referência, tendo, na Região Metropolitana de Curitiba, somado 5,5 horas semanais nessa diferença. Sobre o tempo de deslocamento ao trabalho, em Curitiba e Porto Alegre, uma entre dez pessoas ocupadas despendiam habitualmente mais de uma hora a até duas horas no trajeto para o trabalho em 2010, de acordo com o Censo/IBGE.

As estatísticas nacionais apontam para uma redução na quantidade total de acidentes de trabalho em 2012, ante ao registrado em 2011, segundo dados do Ministério da Previdência Social, inclusive, em se tratando de acidentes do trabalho em trajeto na região Sul, a despeito do observado para as demais grandes regiões brasileiras. A omissão do registro da Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) abrangeu 28,9% do total de acidentes de trabalho na região Sul em 2012, acima dos 23% registrados no cálculo para o Brasil. Os números apontam a ocorrência de 435 acidentes de trabalho por dia, em média, em 2010 na região Sul, 427 em 2011 e 407 em 2012.

Sobre as aposentadorias, cerca de 91% do total de benefícios ativos nas zonas rurais da região Sul foram motivados pela idade do segurado em 2012, demonstrando as trajetórias marcadas pela informalidade – somente 0,35% foi motivada pelo tempo de contribuição comprovado à Previdência Social. Nos meios urbanos da grande região 22% dos aposentados receberam o benefício por invalidez em 2012.

Na região Sul foram registrados 56 conflitos no campo em 2013, o equivalente a cerca de 4,5% do total naquele ano no Brasil. Houve 1 assassinato e 2 tentativas de assassinato foram contabilizadas pela CPT na grande região, além de 5 ameaçados de morte. Ao longo de 2013, índios do Paraná e Rio Grande do Sul protestaram contra a suspensão dos processos de reconhecimento e demarcação de suas terras tradicionais: o Paraná (ao lado de Mato Grosso do Sul, Bahia e Minas Gerais) liderou o *ranking* nacional de violência contra os indígenas. Em Guaíra, no Paraná, o índio guarani Bernardino Dávila foi assassinado em dezembro de 2013, quando retornava a sua aldeia após uma partida de futebol, ao ser atingido por três tiros vindos de dentro de um carro prata ocupado por três pessoas, que atiraram diversas vezes.

Sindicalização

1-Brasil

1.1 – Base Sindical

A CUT conta hoje com 3.781 sindicatos filiados em todos Brasil, representando 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras na base e tem 7,9 milhões de sócios em seu cadastro (dados de fev/15). Somos a maior central sindical no Brasil e a 5ª maior do mundo. Em relação à base de 25 milhões nos estados brasileiros, a figura a seguir mostra que apenas 2 possuem mais de 3 milhões de trabalhadores na base, São Paulo tem 3,9 milhões e Bahia possui 3,2 milhões. No Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro e Pará, esse número fica entre 1 e 3 milhões. Em 8 estados (Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Maranhão e Amazonas), a base CUTista se situa entre 500 mil e 1 milhão e, em outros 11 (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Piauí, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá), a base da Central fica abaixo de 500 mil pessoas.

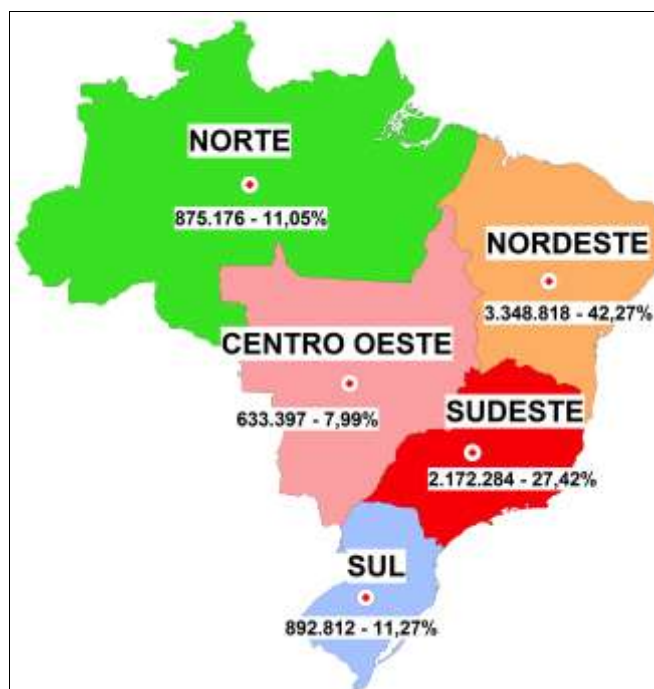
NÚMERO DE TRABALHADORES NA BASE DA CUT POR ESTADO



25.411.346

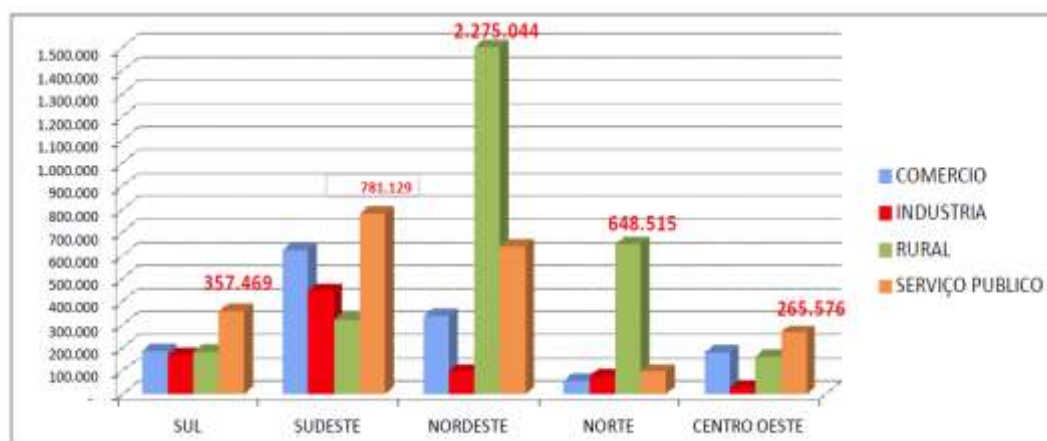
DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES NA BASE	
+	3.000.000 PESSOAS (2)
1.000.000 - 3.000.000	(6)
500.000 - 1.000.000	(8)
ATÉ 500.000 PESSOAS	(11)

Número de sindicalizados por região (em nº absoluto e %)



A grande maioria dos filiados da região Nordeste, concentra-se no Macrosetor Rural, situação semelhante à da região Norte. Nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a maior parcela de filiados concentra-se no Serviço Público. O Macrosetor do Comércio, Serviços e Logística é forte nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde supera os Macrosetores da Indústria e Rural.

MACROSETORES DA CUT - EM NÚMERO DE SÓCIOS



2 - Região Sul

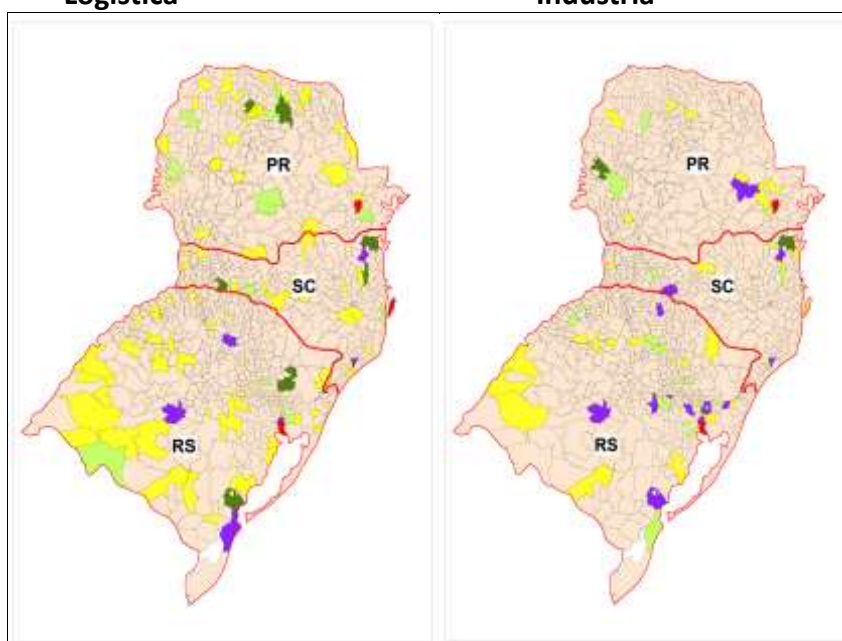
Na região Sul, como visto anteriormente, há um total de 892 mil pessoas filiadas a entidades CUTistas. O Serviço Público concentra maior número de sindicatos e de trabalhadores filiados na região, com 164 entidades e mais de 357 mil filiações. Os demais Macrosetores possuem entre 115 e 147 sindicatos e de 167 a 185 mil sindicalizados.



Os mapas a seguir mostram a concentração municipal de trabalhadores (as) sócios da CUT por Macrosetor: em vermelho estão os municípios com maior número de trabalhadores CUTistas, cuja densidade vai diminuindo de acordo com a coloração dos demais municípios (verde escuro, lilás, verde claro, amarelo e pastel).

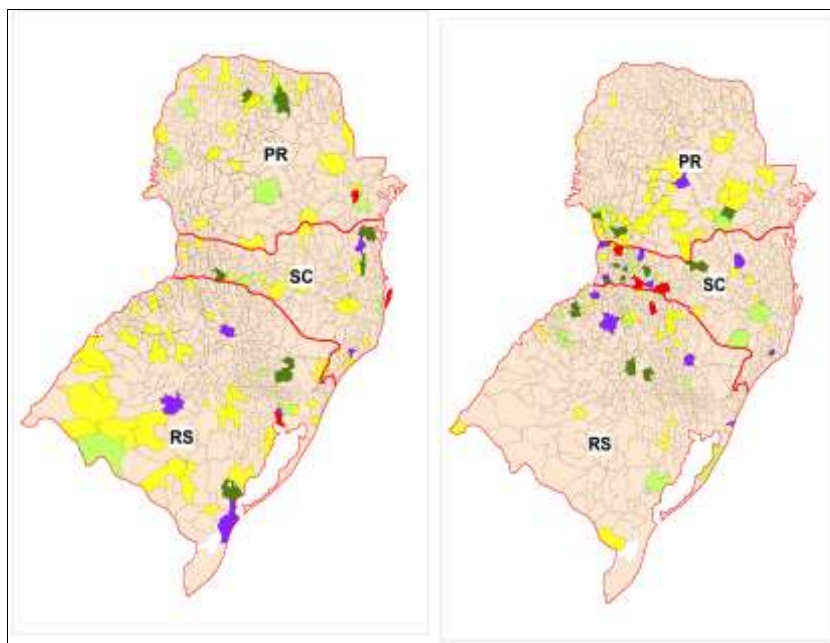
Comércio, Serviços e Logística

Indústria



Serviço Público

Rural



Na região Sul, a Educação concentra em 14 sindicatos o maior número de filiações do Macrossetor Serviço Público: quase 200 mil filiados, o que representa mais de 55% dos filiados da região. A Administração Pública Municipal está em seguida com mais de 93 mil sindicalizados em 106 sindicatos.

TABELA DE SÓCIOS E NÚMERO DE SINDICATOS REGIÃO SUL - SERVIÇO PÚBLICO			
MACROSSETOR DA C.U.T	N ° SÓCIOS	%	N° SINDICATOS
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA EST	18.496	5,17%	9
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FED	13.551	3,79%	4
ADMINISTRAÇÃO PUBLICA MUN	93.512	26,16%	106
EDUCACAO	199.593	55,84%	14
SAUDE	32.317	9,04%	31
TOTAL GERAL	357.469		164
			SNO - CUT

O Macrosetor Comércio, Serviços e Logística possui 147 sindicatos e um total de 185 mil pessoas filiadas à CUT. Desse total, a maioria é do ramo Financeiro, com 25% ou 46 mil filiados, em 38 sindicatos, seguido pelo Comércio, que tem 41 mil sócios em 49 sindicatos.

TABELA DE SÓCIOS E NÚMERO DE SINDICATOS			
REGIÃO SUL - COMÉRCIO, SERVIÇOS E LOGÍSTICA			
MACROSETOR DA C.U.T	N ° SÓCIOS	%	Nº SINDICATOS
FINANCEIRO	46.978	25,29%	38
COMERCIO	41.727	22,47%	49
COMUNICACAO, PUBLICIDADE E JORNALISMO	36.358	19,57%	11
EDUCACAO	26.301	14,16%	10
URBANITARIO	12.588	6,78%	8
COMERCIO AUTONOMO	10.921	5,88%	13
TRANSPORTE	8.023	4,32%	13
PROFISSIONAIS LIBERAIS	2.841	1,53%	5
TOTAL GERAL	185.737		147
			SNO - CUT

Os trabalhadores e trabalhadoras Rurais são a segunda maior categoria com número de filiados à CUT: são mais de 182 mil em 122 sindicatos.

TABELA DE SÓCIOS E NÚMERO DE SINDICATOS			
REGIÃO SUL - RURAL			
MACROSETOR DA C.U.T	N ° SÓCIOS	%	Nº SINDICATOS
RURAL	182.503	100,00%	122
TOTAL GERAL	182.503		122
			SNO - CUT

Já no Macrosetor Indústria, o número de sócios passa dos 167 mil, em 115 sindicatos. O ramo Metalúrgico possui a maior parcela deles, com 60 mil sócios ou 36% do total, em 34 sindicatos; o Ramo Alimentação vem em seguida com 42 mil sócios, representando 25% do Macrosetor na região Sul, e o ramo Químico é o que tem a menor participação nos sindicalizados da região, com 9 mil, em 13 sindicatos.

TABELA DE SÓCIOS E NÚMERO DE SINDICATOS			
REGIÃO SUL - INDÚSTRIA			
MACROSETOR DA C.U.T	N ° SÓCIOS	%	Nº SINDICATOS
METALURGICO	60.171	36,01%	34
ALIMENTACAO	42.469	25,41%	34
CONSTRUCAO	34.327	20,54%	16
VESTUARIO	21.097	12,63%	18
QUIMICO	9.039	5,41%	13
TOTAL GERAL	167.103		115
			SNO - CUT

FICHA TÉCNICA

Coordenação 12º CONCURTO

Sérgio Nobre (coordenador)
Antonio de Lisboa Amancio Vale
Carmen Foro
Jandyra Uehara
José Celestino Lourenço
Julio Turra
Maria Aparecida Faria
Quintino Severo
Rosana Sousa Fernandes
Rosane Bertotti
Rosane Silva
Shakespeare Martins

Organização da publicação

Secretaria-Geral Nacional
Secretaria Nacional de Formação

Conteúdos

DIEESE-Subseção CUT Nacional
Instituto Observatório Social
Secretaria Nacional de Organização

Revisão Texto e Editoração

Secretaria Nacional de Comunicação

São Paulo, maio de 2015

Direção Executiva Nacional – CUT Brasil
Gestão 2012-2015

Presidente

Vagner Freitas de Moraes

Vice-presidenta

Carmen Helena Ferreira Foro

Secretário-Geral

Sérgio Nobre

Secretária-Geral Adjunta

Maria Aparecida Faria

Secretário de Administração e Finanças

Quintino Marques Severo

Secretário-Adjunto de Administração e Finanças

Aparecido Donizeti da Silva

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

João Antônio Felício

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Júlia Reis Nogueira

Secretária de Comunicação

Rosane Bertotti

Secretário de Formação

José Celestino Lourenço (Tino)

Secretário-Adjunto de Formação

Admirson Medeiros Ferro Júnior (Greg)

Secretário de Juventude

Alfredo Santana Santos Júnior

Secretário de Meio Ambiente

Jasseir Alves Fernandes

Secretária da Mulher Trabalhadora

Rosane Silva

Secretário de Organização

Jacy Afonso de Melo

Secretário-Adjunto de Organização

Valeir Ertle

Secretário de Políticas Sociais

Expedito Solaney Pereira de Magalhães

Secretária de Relações do Trabalho

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Relações do Trabalho

Pedro Armengol de Souza

Secretária de Saúde do Trabalhador

Junéia Martins Batista

Secretário-Adjunto de Saúde do Trabalhador

Eduardo Guterra

Diretoras e Diretores Executivos

Daniel Gaio

Elisângela dos Santos Araújo

Jandyra Uehara

Júlio Turra Filho

Rogério Pantoja

Roni Barbosa

Rosana Sousa Fernandes

Shakespeare Martins de Jesus

Vítor Carvalho

Conselho Fiscal

Antonio Guntzel

Dulce Rodrigues Sena Mendonça

Manoel Messias Vale

Suplentes

Raimunda Audinete de Araújo

Severino Nascimento (Faustão)

Simone Soares Lopes